

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS
GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO**

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO CONAB SUREG/TO N.º 90005/2026

PROCESSO N.º 21456.000215/2024-28

TIPO: "MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA SINAPI, VALORES OFICIAIS DE REFERÊNCIA, TARIFAS PÚBLICAS OU EQUIVALENTES"

A **Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB**, mediante o Pregoeiro designado pela **PORTARIA N.º 287, de 11/06/2026**, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local abaixo indicados realizará licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do **tipo maior desconto, sob o modo de disputa aberto**, no regime de execução indireta, empreitada por preço global, conforme descrito neste Edital e seus Anexos.

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016, do Decreto 10.024/2019 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/conab/pt-br/acao-a-informacao/institucional/atos-normativos/normas-da-organizacao/institucional/10_901_rlc.pdf/view, bem como, subsidiariamente de outras leis e normas aplicáveis ao certame, inclusive Lei Complementar nº 123, de 2006, e mediante as condições estabelecidas neste Edital e no Projeto Básico, seu anexo.

DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

DIA: 13/07/2026

HORÁRIO: 10h (horário de Brasília/DF)

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.gov.br/compras.

CÓDIGO UASG: 135337

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem como objeto a seleção da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, com fornecimento de materiais sob demanda, para manutenção preventiva e corretiva no Complexo Unidade Armazenadora de Rio Formoso, conforme especificações, quantidades, exigências e condições, estabelecidas no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

1.1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Catálogo de Material – CATMAT/CATSER do Compras Governamentais e as especificações constantes neste Edital, prevalecerão estas últimas.

2. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

2.1. Poderão **participar** deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente **credenciados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE)**, por meio do sítio www.gov.br/compras.

2.2. O **Credenciamento** é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

2.2.1. **Caberá ao licitante** interessado em participar deste Pregão Eletrônico, **credenciar-se previamente no Sicaf**.

2.2.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

2.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

2.2.4.

2.2.5. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.2.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

2.3. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, **os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE**, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

2.4. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas pela plataforma do Comprasnet, conforme descreve o item 10.4.5 deste Edital.

2.5. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico, nos moldes do art. 38 da Lei 13.303/2016 e conforme o RLC da Conab:

a) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab, nos termos do art. 38, inciso I, da Lei nº 13.303 de 2016;

b) a empresa suspensa pela Conab, nos termos do art. 38, inciso II, da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pelo órgão sancionador, conforme art. 83, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;

c) a empresa declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a empresa pública, enquanto perdurarem os efeitos da sanção, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei nº 13.303 de 2016;

d) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei nº 13.303 de 2016;

e) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, nos termos do art. 38, inciso V, da Lei nº 13.303 de 2016;

f) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela

União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VI, da Lei nº 13.303 de 2016;

g) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, impedida pela União ou declarada inidônea pela União, no período dos fatos que deram ensejo à sanção, nos termos do art. 38, inciso VII, da Lei nº 13.303 de 2016;

h) a empresa que ti ver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea pela União (unidade federativa a qual se encontra vinculada a Conab), nos termos do art. 38, inciso VIII, da Lei nº 13.303 de 2016;

i) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

j) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

k) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

l) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;

m) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios na condição de licitante;

n) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

o) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;

p) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

q) **Cooperativa de mão de obra**, por se tratar de atividade que por sua natureza exige subordinação, seja em relação ao ente tomador em ao fornecedor dos serviços, por força da Súmula 281 do TCU.

2.6. Em relação ao atendimento à Lei Complementar 123/2016, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como ao Decreto 8.538/2015, que dentre outras deliberações, regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, informamos que esta contratação **NÃO será exclusividade** para empresas de pequeno porte, tendo em vista o valor estimado da contratação ser superior ao limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar 123/2016 e art. 8º, §5º do Decreto 8538/2015.

3. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

3.1. O licitante deverá registrar sua **proposta de preços eletrônica**, exclusivamente por meio do sistema Compras Governamentais, até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

3.1.1. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

3.2. O licitante deverá informar em sua **proposta eletrônica** mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, os seguintes tópicos:

a) Consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o percentual de desconto da proposta, que será aplicado sobre o valor de referência especificado no Título 6 do Projeto Básico.

b) Especificação do objeto e valor unitário mensal e global do item já aplicado o percentual de desconto.

3.2.1. O licitante deverá cotar o preço do objeto licitatório em moeda nacional.

3.2.2. O licitante deverá consignar o valor da proposta, aplicado o percentual de desconto, já considerados inclusos os **custos operacionais, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, comerciais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir**, direta ou indiretamente, sobre o objeto desta licitação e que influenciem na formação do preço da proposta.

3.2.3. Nos termos do art. 266 do RLC, o critério de julgamento por maior desconto terá como referência o valor máximo fixado no instrumento convocatório, contido no Item 6.2 do Projeto Básico, anexo I do edital, estendendo-se o desconto oferecido nas propostas ou lances vencedores a eventuais termos aditivos.

3.2.4. A fim de evitar jogo de planilhas, o percentual de desconto apresentado pelo licitante incidirá linearmente para fornecimento de peças e materiais, ambos sob demanda e ocorrerá na forma do item 8.5.2 do Projeto Básico.

3.2.5. Por ocasião do registro de sua proposta de preços no site Compras Governamentais, o licitante deverá realizar as declarações previstas no item 2.4 deste Edital, assinalando, por tanto, os campos específicos do sistema eletrônico em apreço.

3.2.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

3.3. As propostas eletrônicas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.

3.3.1. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

3.3.2. Até a abertura da sessão, o licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.

3.3.3. As propostas terão validade de no mínimo **60 (sessenta) dias** contados da data de abertura da sessão pública estabelecida no preâmbulo deste Edital.

3.4. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e Anexos poderá ser desclassificada, após observado o disposto no subitem 20.4 deste Edital.

3.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

3.6. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

3.7. Após a fase de lances, o licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do Sistema, até a data e o horário estabelecidos na convocação pelo Pregoeiro, a versão escrita da sua proposta de preços, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no item 10 deste edital.

3.8. O encaminhamento eletrônico da **versão escrita da Proposta de Preços** do licitante vencedor, para a apresentação **conforme subitem 9.1 deste Edital**, deverá conter, em especial, as seguintes informações:

a) as **especificações dos serviços**, conforme apresentado no Projeto Básico;

b) o **preço unitário mensal, anual, e total** dos ITENS em algarismos e por extenso (havendo discordância entre os valores expressos em algarismos e por extenso, serão considerados estes últimos, devendo o Pregoeiro proceder às correções necessárias), **bem como as respectivas Planilhas de Custos e Formação de Preços, na forma do Título 10 do Projeto Básico**, Anexo I do Edital;

c) o **prazo de validade da proposta, de no mínimo 60 (sessenta) dias corridos**, a contar da data de sua apresentação. Na ausência de indicação expressa do prazo de validade, considerar-se-á tacitamente indicado o prazo de 60 dias;

d) a **declaração expressa** de que nos preços cotados estão incluídos todos os custos necessários ao **fornecimento dos serviços objeto deste pregão**, inclusive, todos os impostos (IOF e outros), tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais, fiscais e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a sobre ele incidir, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

e) a **declaração expressa** de que se responsabiliza pela **prestação do serviço** no prazo estabelecido no Projeto Básico;

f) os **seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, e-mail, celular/telefone e número do CNPJ/MF, banco, agência, número da conta-corrente e praça de pagamento**.

3.8.1. A proposta de preços descrita no subitem anterior deverá ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, em papel timbrado da licitante, redigida em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas que impeçam sua perfeita compreensão, devidamente datada, assinada pelo representante legal da licitante.

3.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

3.10. Os documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado, após o encerramento do envio de lances, na forma disposta nos itens 9 e 10 deste edital.

3.11. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para assinatura do Contrato, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

4. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

4.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras.

4.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

4.3. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão atender, para tanto, as exigências e requisitos do Sistema Compras Governamentais.

5. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

5.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

5.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão, bem como as regras e procedimentos estabelecidos no Sistema Compras Governamentais.

5.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.

5.4. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos.

5.4.1. Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.

5.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.6. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.

5.7. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

5.8. A etapa de envio de lances na sessão, **sob o modo de disputa aberto**, durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.8.1. A prorrogação automática da etapa de envio de lances será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

5.8.2. Na hipótese de não haver novos lances durante o período de prorrogação, a sessão pública será encerrada automaticamente.

5.9. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

5.10. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, e mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

6.1. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

6.3. Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que seja igual ou até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada será considerado empate ficto, ao que se procederá da seguinte forma:

6.3.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos contados do envio da mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente inferior à proposta do primeiro colocado, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias e observado o valor estimado para a contratação, poderá ser adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

6.3.2. Caso a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará os licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita neste item, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior;

6.3.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido neste item, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate;

6.3.4. O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006;

6.3.5. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o procedimento licitatório prossegue com os demais licitantes.

7. DA NEGOCIAÇÃO

7.1. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DA DESCONEXÃO

8.1. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, **ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão**.

8.2. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances e o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.3. No caso da desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro, aos participantes, no sítio www.gov.br/compras.

9. DO ENVIO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS

9.1. O licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar **deverá encaminhar eletronicamente a versão escrita de sua Proposta de Preços adequada ao último lance e à negociação realizada, na forma do item 3.7 deste Edital, em até 04 (quatro) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro, preferencialmente em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do sistema Compras Governamentais.**

9.1.1. A proposta de preços DEVERÁ CONTER as seguintes informações:

9.1.1.1. Descrição detalhada, clara e completa do objeto;

9.1.1.2. O preço unitário mensal, anual, e total ofertado para a prestação dos serviços;

9.1.1.3. Planilha de composição de custos e formação de preços dos postos de serviços envolvidos na contratação, para cada uma das categorias envolvidas, conforme modelo de planilha constante do Anexo III do Projeto Básico, **devendo ser informada, também, a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Acordo Coletivo de Trabalho que utilizou como fonte para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços;**

a) **Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Conab, para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação;**

b) Serão admitidos também, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto.

9.1.1.4. Detalhamento dos encargos sociais, que deverá ser enviado juntamente à planilha de custos e formação de preços e apresentado nos moldes do Anexo V do Projeto Básico, considerando as especificidades da empresa e a legislação em vigor;

9.1.1.5. Detalhamento dos insumos e equipamentos, que deverá ser enviado juntamente à planilha de custos e formação de preços e apresentado nos moldes do modelo "Planilhas auxiliares, uniformes, equipamentos/ferramentas e EPI's", constantes do Anexo IV do Projeto Básico;

9.1.1.6. Identificação do licitante, com número do CNPJ, assinatura do seu representante, referência ao objeto do pregão 0000X/2026, número de telefone/fax da empresa, endereço, dados bancários e, se houver, indicação de correio eletrônico;

9.1.1.7. Declaração expressa de que nos preços cotados estão inclusos todos os tributos, despesas com mão de obra, fretes, seguros, tarifas e demais encargos, de qualquer natureza, que direta ou indiretamente incidam sobre a execução do objeto deste Pregão.

9.2. Não serão aceitas propostas de preços com valores unitários ou global superiores ao previsto no valor estimado da contratação, título 13 do Projeto Básico.

9.3. **Em conjunto com a versão escrita da Proposta de Preços**, a licitante detentora da melhor oferta **também deverá encaminhar eletronicamente os documentos que comprovem sua condição de habilitação, nos moldes do que determina o título 10 deste Edital, no mesmo prazo e forma estipulados no item 9.1.** qual seja, via sistema, por meio do campo “Anexo de Proposta” e **em até 04 (quatro) horas, da convocação do anexo.**

9.4. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os originais ou cópias autenticadas dos documentos remetidos por meio do sistema Compras Governamentais deverão ser encaminhados fisicamente à Conab, na forma estabelecida no item 10.1.1 deste Edital.

9.5. O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação solicitada, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

9.6. **Encaminhada a proposta**, o pregoeiro, **pelo critério de maior desconto**, a examinará, em conjunto com a área demandante, quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado constante no Projeto Básico, a sua exequibilidade e ao seu cumprimento às especificações técnicas do objeto.

9.6.1. Com vistas à análise da proposta de preços e dos documentos habilitatórios referenciados no Título 10 deste Edital, o Pregoeiro poderá suspender a sessão do certame, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

9.6.2. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da CONAB ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar a sua decisão.

9.6.3. **Será considerado aceita a proposta de preços do licitante que oferecer o maior desconto conforme disposto no caput do item 9.2 e que atender as exigências editalícias.**

9.6.4. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

9.6.5. Não serão aceitas propostas com valores superiores ao estimado ou com preços manifestamente inexequíveis.

9.6.5.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

9.6.5.2. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

9.6.5.3. Para todos os efeitos legais e de direito, serão consideradas nulas e sem nenhum efeito as inserções às propostas de anexos ou dados não exigidos neste Edital, tais como: “condições gerais”, “cláusulas contratuais” etc.

9.6.6. Se o lance ou a proposta de maior desconto não forem aceitos ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará o lance ou proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de um lance ou proposta que atenda ao edital.

9.6.7. Ocorrendo a situação a que se refere o item anterior, o pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

9.6.8. **Sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, deverá ser procedida nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos art. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.**

9.6.9. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

I - disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

II - avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, desde que exista sistema objetivo de avaliação instituído;

III - desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.6.9.1. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

I - empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

II - empresas brasileiras;

III - empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

IV - empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009. 9.2.9.2. As regras previstas no neste item 9.2.9 não prejudicarão a aplicação do disposto no art. 44 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. **Encerrada a etapa de lances da sessão pública e a negociação**, o licitante detentor da melhor proposta ou lance, na forma do item 9.1, **deverá encaminhar**, via sistema, a documentação de habilitação à Conab, **em conjunto com sua Proposta de Preços, no prazo máximo de 04 (quatro) horas após a solicitação do Pregoeiro.**

10.1.1. Em caso de aceitação da proposta e habilitação do fornecedor, os documentos originais ou cópias autenticadas referentes à habilitação enviada via sistema Compras Governamentais, juntamente a Proposta de Preços atualizada, **acaso sejam solicitados pelo Pregoeiro**, deverão ser encaminhados no **prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, a contar da solicitação**, o Pregoeiro, na Sureg/TO, em envelope fechado para Quadra 601 Sul -

**COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0000x/2026**

**ENVELOPE COM DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA COMERCIAL
RAZÃO SOCIAL E CNPJ**

10.2. A habilitação da licitante será verificada por meio do SICAF e dos documentos complementares elencados no item 10.4.

10.3. **A licitante já regularmente cadastrada e habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ficará dispensada de apresentar os documentos relacionados nos subitens 10.4.1, 10.4.2 e 10.4.3 “b”, quando os registros no SICAF correlatos a estes documentos estiverem válidos, completos e regulares.**

10.4. **Para a habilitação**, a licitante detentora da melhor oferta, deverá apresentar os seguintes documentos complementares, observando-se, para tanto, a exceção prevista no item anterior:

10.4.1. Relativos à Habilitação Jurídica:

a) no caso de:

a.1) empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.2) microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site www.portaldomicroempreendedor.gov.br;

a.3) sociedade empresária/comercial ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

a.5) microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, segundo determinado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração – DREI;

a.6) participante sucursal, filial ou agência: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

b) os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4.2. Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

c) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) prova de regularidade perante a Fazenda Estadual e a Municipal, do domicílio ou sede do licitante, na forma da lei;

e) prova de regularidade perante a Seguridade Social (INSS) e perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) prova de regularidade relativa a exigência de cotas de aprendizagem, conforme artigo 429 da CLT por meio do link disponibilizado pelo Ministério do Trabalho e Emprego: <https://cerdoes.sit.trabalho.gov.br/aprendiz>. O não cumprimento da reserva de cargos previstas em lei para aprendizes, no percentual adequado, implicará na inabilitação da licitante, observadas as disposições da Portaria MTE 547/2025; e

g) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1o. de maio de 1943. (Lei 12.440, de 8/7/2011).

10.4.2.1. As microempresas, empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

10.4.2.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da sua regularidade fiscal, será assegurado à licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte o prazo de 5 (cinco) dias úteis - cujo termo inicial corresponderá ao momento da divulgação do resultado da fase de habilitação - prorrogáveis por igual período, a critério da Administração e a pedido justificado da licitante, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.4.2.1.2. A não-regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação e acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Conab convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item ou grupo, para assinatura do contrato ou revogar a licitação.

10.4.3. Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

a) certidão negativa de feitos sobre falência, expedida pelo distribuidor da sede da licitante:

a.1) a certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, contados da data de sua emissão.

b) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

b.1) no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

c) será considerada boa a situação financeira da licitante, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

c.1) Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante-Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

c.2) Comprovação capital social ou de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

c.3) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Anexo VIII, de que um doze avos dos Contratos firmados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no item anterior;

I - a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social;

II - caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

10.4.4. **Relativo à Qualificação Técnica**, apresentar:

a) Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a 03 (três) anos, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a licitante tenha executado serviços de manutenção elétrica e mecânica, compatível com o Projeto Básico.

a.1) Será aceito o somatório de atestados de capacidade técnica para fins de comprovação da alínea anterior.

a.2) Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.

a.3) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi realizada a entrega.

a.4) O atestado deverá conter, além do nome do atestante, endereço e telefone da pessoa jurídica, ou qualquer outra forma de que a Conab possa valer-se para manter contato com a empresa declarante.

a.5) A Conab se reserva o direito de realizar diligências para comprovar a veracidade dos atestados, podendo, requisitar cópias dos respectivos Contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado.

b) Registro de Inscrição no CREA ou CAU e Alvará de Funcionamento, da empresa e habilitação do Responsável Técnico, bem como cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregado que comprove o vínculo do RT com a empresa;

c) Declaração de Vistoria Técnica, ou Declaração de Dispensa Vistoria Técnica, que será efetuada, emitida e assinada pelo Responsável Técnico da empresa licitante, sob pena de inabilitação, com o visto de um empregado designado pela Conab, conforme item 7 (DA VISTORIA TÉCNICA) do Projeto Básico.

d) Comprovação técnica dos profissionais, de conformidade com as exigências contidas nas normas regulamentadoras NR-33 (segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados), NR-35 (trabalho em altura) e NR-10 (Segurança em trabalhos com eletricidade).

e) Comprovação da experiência técnica mínima de 06 (seis) meses em manutenção industrial nas respectivas áreas exigidas, elétrica e mecânica industrial para os profissionais que prestarão serviço nas instalações elétricas da unidade armazenadora de Rio Formoso - TO.

e.1) A comprovação de Experiência Profissional se dará por meio de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as seguintes páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (início e fim do período) e qualquer outra página que auxilie na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa. No caso de exercício de atividade por meio de contrato temporário, apresentar o contrato de prestação de serviço;

10.4.5. **DA VISTORIA**

10.4.5.1. a) A vistoria dos locais é facultativa e poderá ser realizada por representante legal da interessada devidamente identificado, mediante agendamento prévio o qual deverá ser formalizado por e-mail para o endereço: to-uarfo@conab.gov.br, em dia útil, no horário das 9h às 17h.

10.4.6. **Declarações a serem enviadas via sistema Compras Governamentais:**

a) declaração, sob as penalidades cabíveis, da inexistência de fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;

b) declaração de que a empresa cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, conforme o inciso VI do art. 14 do Decreto nº 5.450/2005, ou seja, que não utiliza mão de obra direta ou indireta de menores;

c) declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o art. 3º da Lei Complementar 123, de 2006, se for o caso; e

d) declaração de elaboração independente de proposta;

e) declaração de que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;

f) declaração de que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.

g) declaração de cumprimento à reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

10.5. Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o **Pregoeiro, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:**

a) **SICAF**, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há empregados da Conab;

b) **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS**, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa**, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) **Lista de Inidôneos**, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

10.5.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.5.2. **Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.**

10.6. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por empregado da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

10.7. **Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, observado o disposto nos itens editais 20.3 e 20.4.**

10.8. Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital, considerando-se o disposto no item editalício 9.2.8.

10.9. **Será considerado vencedor deste pregão o licitante que oferecer o melhor lance e que atender as exigências editalícias, referentes à proposta de preços e à habilitação.**

11. DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Declarado o vencedor, o Sistema abrirá o prazo mínimo de 30 minutos para o licitante manifestar sua intenção de recurso quanto ao julgamento da proposta e, na sequência, novo prazo de 30 minutos para manifestar intenção recursal quanto à habilitação, período durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar distintamente sua intenção de recurso quanto ao julgamento e à habilitação.

11.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, **objetivamente**, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

11.1.2. O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

11.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.1.5. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.1.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

11.1.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

11.1.8. Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

11.1.9. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente.

11.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

11.5. O objeto deste Pregão será **adjudicado** pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente para homologação, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

11.6. A **homologação** deste Pregão caberá a autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma do art. 322 RLC.

11.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

12. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

12.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, e observará os termos do RLC e demais normas pertinentes.

12.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de contrato.

12.3. Antes da assinatura do contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, **as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.**

12.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

12.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6º da Lei nº 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

12.6. O Contrato terá vigência de 12 meses, a partir de sua assinatura, prorrogáveis até 60 meses, na forma do art. 488 do RLC.

12.7. A forma de fornecimento e de recebimento dos serviços objeto deste certame, o prazo e o local de prestação dos serviços, bem como a garantia contratual, encontram-se previstos no Projeto Básico, Anexo I deste Edital.

13. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma apresentada no Projeto Básico, Anexo I do Edital e conforme Regulamento de Licitações e Contratos - RLC.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. As obrigações da CONTRATANTE encontram-se previstas no Projeto Básico e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

14.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratante nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços, INCLUINDO OBRIGATORIAMENTE A CONVENÇÃO COLETIVA OU ACORDO COLETIVO a que estará subordinado o empregado posto à disposição, e que os reajustes de preço se farão com base nessa convenção/acordo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. As obrigações da CONTRATADA encontram-se previstas no Projeto Básico e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

15.2. Compete ao licitante verificar as Obrigações da Contratada nos anexos mencionados, uma vez que fazem parte do detalhamento do objeto licitatório e, portanto, poderão influenciar na formação de sua Proposta de Preços, INCLUINDO OBRIGATORIAMENTE A CONVENÇÃO COLETIVA OU ACORDO COLETIVO a que estará subordinado o empregado posto à disposição, e que os reajustes de preço se farão com base nessa convenção/acordo.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento pelo fornecimento dos serviços descritos neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Projeto Básico, disposto no Anexo I deste Edital e nos artigos 558 a 567 do RLC.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. As sanções administrativas referentes à execução contratual são aquelas previstas no Projeto Básico, Anexo I do Edital.

17.2. Compete ao licitante também verificar, no anexo mencionado, quais são as sanções administrativas cabíveis no caso de irregularidades na fase licitatória, perpetradas pelos seus participantes.

18. **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

18.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e correrão por meio conta da Natureza de Despesa **33.90.39.xx** e **33.90.30.xx**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229526**, na Ação Orçamentária **Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar**, Fonte de recurso **1000**, do Plano Interno **RECUPER UN**.

18.2.

19. **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

19.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o Edital deste Pregão mediante petição a ser enviada para o endereço eletrônico joao.pa.silva@conab.gov.br, com cópia para rn.pregao@conab.gov.br, to.gefad@conab.gov.br e to.seade@conab.gov.br, até as 18 horas, no horário oficial de Brasília-DF.

19.1.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, decidirá sobre a impugnação no prazo de 2 (dois) dias úteis.

19.2. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

19.3. Os pedidos de esclarecimentos devem ser enviados ao Pregoeiro até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do endereço eletrônico joao.pa.silva@conab.gov.br c/cópia para to.seade@conab.gov.br e to.gefad@conab.gov.br.

19.3.1. O Pregoeiro, auxiliado pelo setor técnico competente, responderá aos pedidos de esclarecimento no prazo de 2 (dois) dias úteis.

19.4. As respostas prestadas pelo Pregoeiro às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão entranhados nos autos do processo licitatório, enviadas por e-mail aos solicitantes e disponibilizadas no sistema eletrônico para consulta dos interessados.

19.5. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

20. **DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**

20.1. As Partes participantes do presente certame licitatório comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável ("Dados Pessoais") e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis.

20.2. As demais cláusulas em cumprimento à Lei nº 13.709/2018 (LGPD) encontram-se previstas no Projeto Básico e na Minuta de Contrato, Anexos I e II do Edital.

21. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

21.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

21.1.1. A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

21.1.2. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

21.2. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

21.2.1. Havendo necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema, com, no mínimo, 24 (vinte e quatro horas) de antecedência.

21.3. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

21.4. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

21.5. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

21.6. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.

21.8. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

21.9. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

21.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

21.11. Fica facultado a Conab o cancelamento do certame a qualquer tempo (antes da adjudicação), por conveniência administrativa. Essa iniciativa está albergada da motivação fática de, quando da contratação do objeto licitado, não haja disponibilidade orçamentária ou limite de movimentação e empenho requerido.

21.12. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.conab.gov.br.

21.13. Integram este Edital os seguintes Anexos:

- a) Anexo I - Projeto Básico e seus anexos; e
- b) Anexo II - Minuta de Contrato.

22. **DO FORO**

22.1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Palmas, Seção Judiciária Estado do Tocantins, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d" da Constituição Federal.

JOAO PAULO DA SILVA

Pregoeiro designado pela Portaria nº 287, de 11 de junho de 2026
mat. 109.882



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. O presente Projeto Básico e Executivo tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços comuns de engenharia em Regime de Dedicção Exclusiva de Mão de Obra, conforme definição do RLC Conab, artº 3, XCI, para manutenção preventiva e corretiva no Complexo Unidade Armazenadora de Rio Formoso localizada na Estrada da Fazenda Rancho 2-S km 3,5 s/n - Zona Rural - Formoso do Araguaia/TO.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A unidade armazenadora de Rio Formoso – TO possui características que configuram uma planta industrial de médio porte, dentre elas, equipamentos mecânicos e eletromecânicos de médio porte, acionamentos elétricos, instrumentação/controle eletrônico de processos e fornecimento de energia elétrica em média tensão.

Os equipamentos e componentes utilizados nas instalações industriais perdem sua vida útil ao longo do tempo, por isso, podem ocorrer falhas de funcionamento, perdas de energia e outras inconveniências que afetam a segurança das pessoas e do patrimônio, além de elevar os custos operacionais da planta industrial, por este motivo torna-se imprescindível uma revisão e atualização das instalações ao longo dos anos além de implantação de sistemas e rotinas de manutenção que garantam a confiabilidade e disponibilidade de equipamentos e otimização de sua vida útil. As revisões periódicas dependem de fatores como data da construção, quantidade de equipamentos utilizados, sinais de problemas e condições dos materiais que compõem a instalação, para instalações industriais é preciso se ter um plano específico de manutenção e revisões periódicas.

As instalações da unidade armazenadora de Rio Formoso operam a mais de 30 anos sem passar por revisão e sem manutenções periódicas adequadas por conta da falta de uma equipe de manutenção permanente com número suficiente de profissionais e de uma sistemática de manutenção que contemple não apenas manutenções corretivas, mas também, preventivas e preditivas. A falta de manutenção e atualizações nas instalações da UA Rio Formoso torna a planta industrial cada vez menos eficiente trazendo prejuízos significativos na qualidade do serviço prestado pela unidade.

2.2. Considerando as dificuldades enfrentadas pela Conab para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção de máquinas, equipamentos mecânicos e elétricos, instalações elétricas de AT/BT, predial etc. torna-se indispensável contemplar, na contratação ora proposta, o fornecimento de peças e materiais pela Contratada, sempre que necessário e solicitado pela mesma, mediante justificativa e orçamento à Contratante, visando autorização. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de prever seu uso ou aplicação e, desta forma, a aquisição desse material poderá resultar em prejuízos para a Administração Pública, visto que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com armazenamento e conservação, podem nunca virem a ser utilizados. Desta forma, o fornecimento destes materiais pela Contratada apenas no momento da utilização terá um custo-benefício justo e compatível com os interesses da Administração Pública.

3. DO OBJETIVO

3.1. Oferecer uma estrutura de manutenção das instalações e equipamentos que compõem a planta da unidade armazenadora de Rio Formoso com a formação de uma equipe fixa de manutenção de forma a garantir a disponibilidade, eficiência e a segurança das instalações para funcionários e usuários das dependências da unidade.

4. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.

4.1. A aquisição dos equipamentos detalhados neste Projeto Básico, dadas as suas características, enquadra-se no conceito de natureza comum, conforme inciso IV, art. 32 da Lei nº 13.303/2016 e inciso LXXIV, artigo 3º, art. 6º, art. 8º, art. 292, do RLC da Conab, os quais prescrevem a adoção preferencial da modalidade de licitação denominada Pregão, instituída pela Lei nº 10.520/2002, em sua forma eletrônica, regulamentada pelo Decreto nº 10.024/2019, para aquisição de bens e serviços comuns, assim “considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital e que apresentam características que encontrem no mercado padrões usuais de especificação”.

4.2. Em relação ao atendimento à Lei Complementar 123/2016, que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, bem como ao Decreto 8.538/2015, que dentre outras deliberações, regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte, informamos que esta contratação **NÃO será exclusividade** para empresas de pequeno porte, tendo em vista o valor estimado da contratação ser superior ao limite de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, I da Lei Complementar 123/2016 e art. 8º, §5º do Decreto 8538/2015.

4.3. Conforme item 9.2.2 do Acórdão TCU: Acórdão n.º 1207/2024 – TCU – Plenário somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto;

5. DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS.

5.1. Os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada e deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas neste Projeto Básico, bem como atender às normas e métodos da ABNT, às normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, normas técnicas da concessionária de energia elétrica local e demais legislações vigentes.

5.2. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo a padrões e normas em vigor, e inteiramente fornecidos pela CONTRATADA.

5.3. A mão de obra a empregar deverá ser especializada e treinada para desempenho das atividades inerentes ao serviço.

5.4. Ficará a CONTRATADA obrigada a desmontar e refazer os trabalhos rejeitados pela FISCALIZAÇÃO, ficando por sua conta exclusiva, as despesas decorrentes desses serviços.

5.5. Não será admitida a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que a natureza da contratação exige que a contratada assuma, de forma integral, direta e indivisível, a gestão da força de trabalho dedicada à execução dos serviços. Tal gestão compreende, entre outros aspectos, a administração de pessoal, o pagamento de salários e benefícios, o recolhimento dos encargos trabalhistas e previdenciários, o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, bem como a substituição imediata de empregados, sempre que necessário, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade e a qualidade da execução contratual.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS.

6.1. Para a contratação dos serviços deverá ser adotado o tipo de licitação “**MAIOR DESCONTO SOBRE TABELA SINAPI, VALORES OFICIAIS DE REFERÊNCIA, TARIFAS PÚBLICAS OU EQUIVALENTES**”, levando em consideração todas as condições gerais estabelecidas neste Projeto Básico e Executivo e seus anexos.

6.2. Para efeitos de licitação, o valor anual global de referência será de **R\$ 603.205,82 (Seiscentos e Três mil, Duzentos e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos)**, sendo que, desse valor, **R\$ 503.205,82 (Quinhentos e Três mil, Duzentos e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos)** são relativos à estimativa anual para mão de obra residente, EPI's etc. relacionados aos serviços de manutenção preventiva, preditiva, proativa e corretiva industrial e predial para a Unidade Armazenadora Rio Formoso - TO, e **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)** são relativos à estimativa anual para o fornecimento de peças e materiais sob demanda, na forma do Item 8.5 do Projeto Básico.

6.3 Somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) valor igual ou superior ao orçado pela Administração,

para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial de execução do objeto;

6.4. A licitação deverá ocorrer na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO, conforme dispõe o decreto Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019.

6.5. O sistema de disputa é o ABERTO.

7. DA REALIZAÇÃO DA VISTORIA.

7.1 Antes de apresentar sua proposta, a proponente deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a visita e vistoria técnica ao(s) local(is) de execução dos serviços.

7.2 A vistoria técnica tem por objetivo a inspeção das instalações da unidade armazenadora a fim de verificar as condições gerais de execução dos serviços licitados e realizar medições "In Loco" para fins de elaboração de proposta comercial.

7.3 A proponente que desejar vistoriar os locais deverá agendar horário. A vistoria deve ser agendada na unidade armazenadora de Formoso do Araguaia - TO com a gerência da unidade em horário normal de expediente (das 08:00 às 12:00 Hs e de 13:00 às 17:00 Hs). O contato poderá ser feito via telefone através do número (63) 98405-6178 ou através do email: to.ua-rioformoso@conab.gov.br

7.4 Após a vistoria será emitida declaração de visita técnica conforme anexo I deste Projeto Básico e Executivo assinado por técnico responsável da CONAB, atestando textualmente o seguinte:

7.4.1 Que a proponente visitou a unidade e vistoriou as edificações e instalações que compõem a estrutura da unidade armazenadora de Rio Formoso - TO e que tomou conhecimento de todas as informações, peculiaridades e condições para cumprimento das obrigações assumidas relacionadas ao objeto deste Projeto Básico.

7.5 Caso a interessada opte por não realizar a visita/vistoria técnica, firmará declaração conforme anexo II deste Projeto Básico e Executivo na qual dispensa a necessidade de visita/vistoria técnica, assumindo todo e qualquer risco por sua decisão e se comprometendo a prestar fielmente o serviço nos termos do Edital, do presente Projeto Básico e Executivo e dos demais anexos que compõem o processo Licitatório.

7.5.1. Os riscos incluem assumir os custos com a falta ou excesso de materiais e mão de obra para execução dos serviços necessários à entrega do objeto descrito neste Projeto Básico.

7.6 A apresentação do Atestado de Visita/Vistoria técnica ou da Declaração de Dispensa de Vistoria, conforme modelos disponibilizados neste Projeto Básico e Executivo serão obrigatórios na fase de habilitação do certame.

7.7 Caso não haja possibilidade de concluir a visita e vistoria técnica no mesmo dia, será continuada no dia seguinte, exceto quando for o último dia antecedente a licitação.

7.8 Toda e qualquer despesa com a visita e vistoria técnica correrá por conta da Licitante interessada.

7.9 Recomenda-se ainda, que o representante legal para a visita técnica deva ser o engenheiro responsável técnico da empresa ou engenheiro pertencente ao quadro técnico da empresa.

8. DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA INDUSTRIAL

8.1. A Contratação de prestação de serviços de mão de obra exclusiva de técnicos de manutenção de industrial nas áreas de elétrica e mecânica para a unidade armazenadora de Rio Formoso - TO deve obedecer aos seguintes critérios:

8.1.1. Devem ser disponibilizados **02 (dois) profissionais capacitados e/ou qualificados na área de manutenção elétrica industrial**, uma vez que, a norma regulamentadora número 10 do Ministério do Trabalho e Emprego determina no item 10.7.3 que os serviços em instalações elétricas energizadas em AT, bem como aqueles executados no Sistema Elétrico de Potência (SEP), não podem ser realizados individualmente. **Para a manutenção mecânica devem ser disponibilizados 02 (dois) profissionais capacitados e/ou qualificados na área de manutenção mecânica de equipamentos industriais.** Estes funcionários estarão na unidade no seu período normal de funcionamento, de segunda a sexta-feira das 08:00 às 17:00 hs, com uma hora para almoço;

RESUMO DE POSTOS DE TRABALHO

Profissional	Número de postos de trabalho
Eletricista de instalações industriais - 9511-05	2
Mecânico de manutenção industrial - 9113-05	2

8.1.2. Dadas as características operacionais da unidade armazenadora, os profissionais também trabalharão em regime de sobreaviso e horas extras;

8.1.3. Os profissionais deverão apresentar a seguinte qualificação mínima:

- Ensino médio completo ou equivalente;
- Capacitação específica, compatível com a atividade a ser desempenhada;
- Experiência mínima de 06 (seis) meses em manutenção industrial nas respectivas áreas exigidas, elétrica, mecânica industrial, almoxarifado;
- Treinamentos em NR-33 (segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados), NR35 (trabalho em altura) e NR-10 - módulos básico e sistemas elétricos de potência (segurança em instalações e serviços em eletricidade) para os técnicos de manutenção elétrica.

8.1.4 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação direta.

8.2. Os serviços de **manutenção elétrica** compreendem a execução das seguintes tarefas:

- Manobras em subestações de alta tensão de distribuição (13,8 e 34,5 KV) afim de reestabelecer o fornecimento de energia às dependências da unidade ou para manutenção de equipamentos no pátio da subestação;
- Monitoramento do fator de potência da unidade e funcionamento dos bancos de capacitores;
- Atender solicitações de manutenção corretiva emergencial em equipamentos e instalações, detectando e corrigindo defeitos e anormalidades no sistema;
- Manutenção preventiva e corretiva nas instalações elétricas prediais da unidade, instalações de luz e força;
- Manutenção preventiva e corretiva nas instalações elétricas da planta industrial da unidade (centros de controle de motores – CCM's, Circuitos de Força e comando de acionamento de máquinas e equipamentos, iluminação e tomadas de uso específico dos armazéns, etc.);

- Vistoria nos equipamentos que compõem a planta a fim de identificar anomalias e programar correções;
- Planejamento de manutenção, avaliando condições de funcionamento e desempenho de máquinas e equipamentos;;
- Limpeza e inspeção, com desligamento programado, nas subestações rebaixadoras da unidade;
- Zelar pela manutenção e limpeza dos equipamentos e ferramentas utilizadas e do local de trabalho;
- Seguir normas de segurança vigentes;
- Trabalhos solicitados pela gerencia da unidade;
- Demais serviços e tarefas correlatos à função.

8.3. O serviço de **manutenção mecânica** compreende as seguintes tarefas:

- Planejamento de manutenção, avaliando condições de funcionamento e desempenho de máquinas e equipamentos;
- Executar a manutenção de conjuntos mecânicos, montando e desmontando componentes de máquinas e equipamentos;
- Atender solicitações de manutenção corretiva emergencial em equipamentos, detectando e corrigindo defeitos e anormalidades no sistema;
- Lubrificar máquinas, componentes e ferramentas, documentar informações técnicas, fazer a manutenção preventiva e corretiva em máquinas e equipamentos, tais como, elevadores de caneca, correias transportadoras, secador, moegas, etc.;
- Substituição de componentes, tais como, rolamentos, canecas, correias, roletes, etc.;
- Alinhar e nivelar máquinas e equipamentos. Alinhar acoplamentos de bombas e motores;
- Zelar pela manutenção e limpeza dos equipamentos e ferramentas utilizadas e do local de trabalho;
- Seguir normas de segurança vigentes;
- Trabalhos solicitados pela gerencia da unidade;
- Demais serviços e tarefas correlatos à função.

8.4. DA PREVISÃO DE HORAS EXTRAS E SOBREAVISO.

8.4.1. No período de recebimento da safra, por conta das condições do armazém, haverá necessidade de previsão de ocorrência de pagamento de horas extras para este período do ano, para atender as panes elétricas e de quebra de equipamentos. Lembramos que os Silos de Armazenagem desta Unidade possuem sistema de termometria automatizada, que é responsável em enviar ar frio na madrugada para a massa de grãos que se encontram acondicionadas nos silos de armazenagem. Alguns problemas elétricos devem ser solucionados de forma imediata, para que não possa ocasionar acidentes que tragam prejuízos para a companhia, o que justifica a necessidade de se prever o sobreaviso. NOTA: Horário (8h às 12h e 17h às 21h e sobreaviso das13h às 17h de segunda à sexta e (8h às 12h no sábado com sobreaviso de 24h).

8.4.2. Mesmo após o período da safra, é necessário previsão de ocorrência de pagamento de horas extras para atendimento de necessidades eventuais e urgentes que, não sendo resolvidas prontamente, podem gerar danos ao estoque armazenado e prejuízos à Companhia. NOTA: horário (8h às 12h e 13h às17h de segunda a sexta e 8h às 12h no sábado)ou Segunda à quinta: Das 08h às 12h e das 13hàs 18h e Sexta: Das 08h às 12h e das 13h às17h, conforme necessidade de funcionamento da UA.

8.4.3. Dadas as características operacionais da unidade armazenadora a previsão de horas extras e sobreaviso seguirão o período de safra e fora de safra conforme demonstrado a seguir:

ESTIMATIVA DE HORAS DE SOBREAVISO - SAFRA		
	h/dia	h/mês
Horas de sobreaviso semanais (segunda à sexta feira)	4,00	88,00
	h/dia	h/mês
Horas de sobreaviso semanais (Sábado e Domingo)	24,00	96,00
Total de horas de sobreaviso - mensal	184,00	
Quantidade de meses - SAFRA	5,00	
TOTAL DE HORAS DE SOBRAVISO - SAFRA	920,00	

ESTIMATIVA DE HORAS EXTRAS - SAFRA		
	h/dia	h/mês
HORAS EXTRAS EVENTUAIS	2,00	60,00
Quantidade de meses - SAFRA	5,00	
TOTAL DE HORAS EXTRAS - SAFRA	300,00	

ESTIMATIVA DE HORAS EXTRAS - FORA DE SAFRA		
	h/dia	
	Sábado	Domingo
HORAS EXTRAS EVENTUAIS	2,00	4,00
Total de horas extras - mensal	24,00	
Quantidade de meses - FORA DE SAFRA	7,00	
TOTAL DE HORAS EXTRAS - FORA DE SAFRA	168,00	

8.5. DO FORNECIMENTO DE MATERIAIS

8.5.1. Considerando as dificuldades enfrentadas pela Conab para prever e adquirir todas as peças e componentes de reposição, além dos materiais de uso imediato para a realização dos serviços de manutenção de máquinas, equipamentos mecânicos e elétricos, instalações elétricas de AT/BT, predial etc. torna-se indispensável contemplar, na contratação ora proposta, o fornecimento de peças e materiais pela Contratada, sempre que necessário e solicitado pela mesma, mediante justificativa e orçamento à Contratante, visando autorização. Ademais, existem materiais que só serão utilizados eventualmente, sem condições de prever seu uso ou aplicação e, desta forma, a aquisição desse material poderá resultar em prejuízos para a Administração Pública, visto que, além dos custos com a compra e os recursos dispensados com armazenamento e conservação, podem nunca vir a ser utilizados. Desta forma, o fornecimento destes materiais pela Contratada apenas no momento da utilização terá um custo-benefício justo e compatível com os interesses da Administração Pública.

8.5.2. A solicitação de materiais será realizada pela CONTRATADA através de levantamento das necessidades em campo realizado pelos técnicos. A fiscalização técnica caberá a análise do orçamento e aprovação do fornecimento com base no desconto proposto pela CONTRATADA e bases de oficiais de referências de preços de insumos.

8.6. DA GARANTIA DOS SERVIÇOS

8.6.1. O prazo de garantia dos bens e/ou serviços executados no presente contrato é de 1 ano (um ano).

8.6.2. A Conab poderá determinar a substituição de EPI's, equipamentos ou ferramentas da contratada, que estejam sendo utilizados para a execução do Contrato e que a fiscalização julgue deficientes para o cumprimento do prazo e garantia da qualidade dos serviços, cabendo à contratada providenciar a troca em prazo máximo estipulado pela Companhia;

8.7. DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

8.7.1. Durante a vigência do contrato, a Conab, para avaliar a qualidade na execução dos serviços, adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo VII deste Projeto Básico. Com a aplicação do fator de ajuste de nível de serviço (IMR) ao valor mensal do contrato.

8.7.2. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pela Conab.

8.7.3. Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela Contratada, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual.

8.7.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.8. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

8.8.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.8.2. O recebimento provisório ou definitivo será realizado pela fiscalização técnica.

8.8.3. Ao final de cada período mensal, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório e IMR.

8.8.4. Ao final de cada período mensal, a fiscalização funcional deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.

8.8.5. Será elaborado termo de recebimento provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

8.8.6. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.

8.8.7. O recebimento definitivo e IMR assinados pela Fiscalização e Contratada, deverão preceder a emissão da Nota Fiscal mensal referente aos serviços.

9. DOS MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO.

9.1. Toda mão de obra e equipamentos necessários à execução do objeto serão alocados na estrutura que compõe a unidade armazenadora de Rio Formoso - TO localizada Estrada da Fazenda Rancho 2-S km 3,5 s/n - Zona Rural - Formoso do Araguaia/TO em horário normal de expediente (das 08:00 às 12:00 Hs e de 13:00 às 17:00 Hs).

9.2. A CONTRATADA deverá providenciar o controle de ponto dos seus funcionários lotados na unidade armazenadora de Rio Formoso - TO.

9.3. Os insumos materiais, diretamente aplicados nas instalações, como: lâmpadas, cabos, dutos, disjuntores, engrenagens, acoplamentos, lubrificantes, ferragens, etc. serão fornecidos pela CONTRATADA após aprovação do responsável técnico e fiscalização, com base em solicitação formal e desconto na proposta da CONTRATADA.

10. DO PREENCHIMENTO DAS PLANILHAS DE CÁLCULOS

o correto enquadramento sindical, conforme sua atividade preponderante, de acordo com o artigo 511 do decreto-lei nº 5.452/43 (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), informando o Instrumento Coletivo de Trabalho que utilizou como base para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços e a data-base da categoria por ele estabelecida. Este preenchimento é obrigatório.

10.1.1. Após assinatura do contrato, a licitante vencedora deverá entregar à SUREG-TO/GEFAD os arquivos em pen drive ou via e-mail: to.gefad@conab.gov.br e to.geose@conab.gov.br, com cópia para to.seade@conab.gov.br, com as planilhas eletrônicas dos cálculos acima, desbloqueadas para análise, e/ou quando solicitado pela contratante.

10.2. A contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

10.3. O valor estimado para mão de obra de eletricitas industriais deve contemplar o **adicional de periculosidade** conforme preconiza as normas regulamentadoras Nº 10 e 16 do MTE.

10.4. O valor estimado para mão de obra de mecânico, torneiro mecânico e auxiliar de mecânico industrial deve contemplar o **adicional de insalubridade** conforme preconiza as normas regulamentadoras Nº 15 do MTE.

11. DAS PLANILHAS COM RELAÇÃO MÍNIMA DE EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E UNIFORMES.

11.1. O Anexo III deste Projeto Básico compreende os modelos das planilhas auxiliares para compor os custos da relação mínima mensal de equipamentos, ferramentas e uniformes a serem utilizados pelos profissionais, para execução dos serviços.

12. SUBCONTRATAÇÃO.

12.1. Não é permitido que a CONTRATADA realize subcontratação dos serviços deste Projeto Básico, salvo quando a natureza do serviço trate de itens que por sua especialização necessitem do emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados.

12.2. Em razão das características técnicas do objeto, são considerados itens que demandam a atuação de empresas ou profissionais especialmente habilitados:

12.2.1. Realização de testes em transformadores, com emissão de laudo, incluindo medições de isolamento, relação de espiras (TTR), perdas em vazio e em carga, bem como análises físico-química e cromatográfica do óleo isolante.

12.2.2. Realização de testes e medições nos sistemas de aterramento e proteção contra descargas atmosféricas com emissão de laudo (Inspeção, medição de resistência de

aterramento, continuidade elétrica).

12.2.3. Realização de balanceamento estático e dinâmico de polias, hélices e rotores.

12.3. A responsabilidade sobre os serviços subcontratados é da CONTRATADA e não poderá ser transmitida aos subcontratados.

13. VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO.

13.1. O custo total estimado para a execução dos serviços deste processo licitatório é de **R\$ 603.205,82 (Seiscentos e Três Mil, Duzentos e cinco reais e Oitenta e Dois Centavos)**, sendo que, desse valor, **R\$ 503.205,82 (quinhentos e três mil duzentos e cinco reais e oitenta e dois centavos)** são relativos à estimativa anual para mão de obra residente, EPI's etc. relacionados aos serviços de manutenção preventiva, preditiva, proativa e corretiva industrial e predial para a Unidade Armazenadora Rio Formoso - TO, e **R\$ 100.000,00 (Cem Mil Reais)** são relativos à estimativa anual para o fornecimento de peças e materiais sob demanda, na forma do Item 8.5 do Projeto Básico.

13.2. O critério de julgamento das propostas será o de maior desconto sobre tabela SINAPI, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou equivalentes e o sistema de disputa é o **ABERTO** e o valor estimado é **PÚBLICO**.

13.3. **Valor anual**: Corresponde à multiplicação do preço unitário do serviço de fornecimento de mão-de-obra multiplicado por 12 (doze) meses mais o valor de materiais conforme estimado nesse quadro resumo:

QUADRO RESUMO - VALOR ESTIMADO MÃO DE OBRA - UA RIO FORMOSO - TO - 04/2026					
ITEM	PROFISSIONAL	Postos	Valor Unitário Mensal	Valor Total Mensal	Valor Total Anual
1	Eletricista de instalações industriais - 9511-05	2	9.344,28	18.688,56	R\$ 224.262,72
2	Mecânico de manutenção industrial - 9113-05	2	7.898,97	15.797,94	R\$ 189.575,28
3	Hora extra Mecânico industrial - SAFRA	2	1.697,25	3.394,50	R\$ 16.972,50
4	Hora extra Mecânico industrial - FORA DE SAFRA	2	905,20	1.810,40	R\$ 12.672,80
5	Hora sobreaviso Mecânico industrial - SAFRA	2	1.156,65	2.313,30	R\$ 11.566,50
6	Hora extra Eletricista industrial - SAFRA	2	1.983,24	3.966,48	R\$ 19.832,40
7	Hora extra Eletricista industrial - FORA DE SAFRA	2	1.057,73	2.115,46	R\$ 14.808,22
8	Hora sobreaviso Eletricista industrial - SAFRA	2	1.351,54	2.703,08	R\$ 13.515,40
9	Fornecimento de materiais sob demanda				R\$ 100.000,00
VALOR ANUAL TOTAL:					R\$ 603.205,82

*Período de safra: 5 meses (Janeiro - Maio)

**Período fora de safra: 7 meses (Junho -Dezembro)

14. VIGÊNCIA DO CONTRATO.

14.1. A vigência do contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura.

14.2. A duração inicial do contrato será de 12 meses.

14.3. A duração do contrato ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, podendo, quando for o caso, ser prorrogada por períodos sucessivos de 12 meses, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme previsto no ato convocatório, observado o disposto no art. 488 do regulamento de licitações e contratos da CONAB.

14.1.1. O prazo mínimo previsto para início da prestação de serviço com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada deverá ser o suficiente de modo a possibilitar a preparação do prestador para o fiel cumprimento do contrato.

14.1.2. Toda prorrogação de contratos será precedida da realização de pesquisas de preços de mercado ou de preços contratados por outros órgãos e entidades da Administração Pública, visando a assegurar a manutenção da contratação mais vantajosa para a Administração.

14.1.3. A prorrogação de contrato ocorrerá somente se vantajosa para a contratante, deverá ser promovida mediante celebração de TERMO ADITIVO.

14.1.4. Se o contrato ultrapassar o exercício financeiro será indicado o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem como de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que será indicado os créditos e empenhos para sua cobertura.

14.2. O contratado não terá direito subjetivo à prorrogação contratual, que objetiva a obtenção de preços e condições mais vantajosas para a contratante, conforme estabelece o art. 488 do regulamento de licitações e contratos da CONAB.

14.2.1. Quando da prorrogação contratual, a contratante deverá:

I – Assegurar-se de que os preços contratados continuem compatíveis com aqueles praticados no mercado, de forma a garantir a continuidade da contratação mais vantajosa, em relação à realização de uma nova licitação; e,

II – Realizar a negociação contratual para a redução/eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos no primeiro ano da contratação, sob pena de não renovação do contrato.

14.2.2. A contratante não prorrogará o contrato quando:

I – Os preços estiverem superiores aos estabelecidos como limites pelas Portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, admitindo-se a negociação para redução de preços; ou,

II – A contratada tiver sido declarada inidônea ou suspensa no âmbito da União ou do próprio órgão contratante, enquanto perdurarem os efeitos.

15. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

15.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Conab à continuidade do Contrato.

16. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO.

16.1. Conforme Art. 36, da IN/SLTI/MPOG nº 02/2008 e suas alterações: o pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela contratada, devidamente atestadas pela Administração, conforme disposto no artigo 558 do regulamento de licitações e contratos da CONAB, observado o disposto no art. 35 da mesma IN e os seguintes procedimentos:

16.1.1. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I – Da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados, cujo recolhimento ficará a cargo da contratante;

II - da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;

III - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

IV - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitida pela Conectividade Social (GFIP);

V - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), para retenção pela contratante junto a CEF.

VI - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

VII - cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

16.2. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

16.3. O prazo para pagamento da Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pela Administração, ocorrerá em até 10 (dez) dias contados da data de sua apresentação e atesto, desde que inexistir qualquer outro fato impeditivo previsto no Projeto Básico e legislação pertinente.

16.4. Na inexistência de outra regra contratual, quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$I = (TX/100) / 365$

$EM = I \times N \times VP$, onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

16.4.1. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e ser submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

16.4.2. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, previstas neste Projeto Básico, só deverá ocorrer quando o contratado:

I – Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

II – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

16.4.3. O pagamento pela Administração das verbas destinadas ao pagamento das férias e 13º dos trabalhadores da contratada poderá ocorrer em conta vinculada, conforme estiver previsto no instrumento convocatório.

16.5. Sobre o Valor global do contrato incidirá o fator de ajuste de nível de serviço previsto no Anexo VII - IMR.

17. DA GARANTIA CONTRATUAL A SER FORNECIDA PELA CONTRATADA

17.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento), conforme parâmetros do Art. 439 do RLC, valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

a. Caução em dinheiro;

b. Seguro-garantia; ou

c. Fiança bancária.

17.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

a. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b. Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

c. Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.

17.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

17.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

17.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 569 do RLC.

17.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.

17.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

17.8. No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

17.9. No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.

17.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.

17.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

17.12. Será considerada extinta a garantia:

a. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato;

- b. Com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade.
- c. Com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no Projeto Básico.

18. DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇO DO CONTRATO

18.1. DA REPACTUAÇÃO

18.1.1 Será admitida a repactuação do preço desde que seja observado o interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação, e demais termos conforme Artigo 5º do Decreto nº 2.271/1997, artigos 37 a 41-B da IN nº 02/2008 e suas alterações e as exigências a seguir:

- I** - Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou,
- II** - Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às data-base destes instrumentos. Se a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão-de-obra da contratação pretendida.
- III** - A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.
- IV** - Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- V** - A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

18.1.2. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

18.1.3. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação:

18.1.3.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

18.1.3.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

- I** - Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública;
- II** - As particularidades do contrato em vigência;
- III** - O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;
- IV** - A nova planilha com a variação dos custos apresentada;
- V** - Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- VI** - A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

18.1.3.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

I - As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

II - As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

18.1.3.4. O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

18.1.3.5. No caso de repactuação, será emitido Apostilamento e/ou Termo Aditivo ao contrato vigente, nos termos da IN SLTI/MPOG nº 2, de 2008.

18.1.3.6. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

18.1.4. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- I** - A partir da assinatura do Termo Aditivo;
- II** - Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou;
- III** - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- IV** - As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 506 do regulamento de licitações e contratos da CONAB – RLC.
- V** - A empresa contratada para a execução de remanescente de serviço tem direito à repactuação nas mesmas condições e prazos a que fazia jus a empresa anteriormente contratada, devendo os seus preços serem corrigidos antes do início da contratação, conforme determina o no art. 507 do regulamento de licitações e contratos da CONAB – RLC.

18.1.4.1. No caso previsto no inciso III, do item anterior, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.

18.1.4.2. A contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados;

18.1.4.3. A contratante poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.

18.1.4.4. Na hipótese do parágrafo anterior, o período que a proposta permaneceu sob a análise da contratante será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.

18.2. DO REAJUSTE

18.2.1. Os custos relativos aos itens de insumos serão reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, observada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data da apresentação da proposta, de acordo com o inciso II, §2º do art. 30-A da IN SLTI/MPOG nº 02/2008.

18.2.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

18.2.3. No cálculo do primeiro reajuste será utilizado como índice inicial o do mês anterior ao da apresentação da proposta. O índice final será o do mês anterior ao pedido de reajuste.

18.2.4. Nos reajustes subsequentes, o índice inicial será o do mês anterior ao do início dos efeitos financeiros do último reajuste. O índice final será o do mês anterior ao pedido de reajuste.

18.2.5. Nas solicitações de reajuste, os efeitos financeiros ocorrerão a partir da data da solicitação da CONTRATADA.

18.2.6. Os efeitos financeiros referentes ao período transcorrido entre a data em que se completou a anualidade e a data da efetiva solicitação de reajuste serão objeto de preclusão.

18.2.7. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

18.2.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

19. DA HABILITAÇÃO TÉCNICA

19.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA - Documentação obrigatória para habilitação nesta licitação, além dos documentos usuais de habilitação no SICAF, deverão ser solicitados ainda:

19.1.1 Registro de Inscrição no CREA e Alvará de Funcionamento, da empresa e habilitação do Responsável Técnico, bem como cópia da carteira de trabalho ou da ficha de registro de empregado que comprove o vínculo do RT com a empresa;

19.1.2 Atestado de capacidade técnica expedido em nome da licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados no CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia, comprovando que a licitante tenha executado serviços de manutenção elétrica e mecânica, compatível com este Projeto Básico.

19.1.3 Declaração de Vistoria Técnica, ou Declaração de Dispensa Vistoria Técnica, que será efetuada, emitida e assinada pelo Responsável Técnico da empresa licitante, sob pena de inabilitação, com o visto de um empregado designado pela Conab, conforme item 7 (DA VISTORIA TÉCNICA).

19.1.4 Comprovação técnica dos profissionais através de certificados de conclusão, de conformidade com as exigências contidas nas normas regulamentadoras NR-33 (segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados), NR-35 (trabalho em altura) e NR-10 (Segurança em trabalhos com eletricidade).

19.1.5 Comprovação da experiência técnica mínima de 06 (seis) meses em manutenção industrial nas respectivas áreas exigidas, elétrica e mecânica industrial, para os profissionais que prestarão serviço nas instalações elétricas da unidade armazenadora de Rio Formoso - TO.

19.1.5.1 A comprovação de Experiência Profissional se dará por meio de cópia da carteira de trabalho e previdência social (CTPS) contendo as seguintes páginas: identificação do trabalhador, registro do empregador que informe o período (início e fim do período) e qualquer outra página que auxilie na avaliação, por exemplo, quando há mudança na razão social da empresa. No caso de exercício de atividade por meio de contrato temporário, apresentar o contrato de prestação de serviço;

20. HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

20.1. Relativos à Qualificação Econômico – Financeira:

20.1.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da proponente;

20.1.1.1. A certidão, referida na alínea anterior, que não estiver mencionando explicitamente o prazo de validade, somente será aceita com o prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.

20.1.2. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis, e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados a mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

20.1.2.1. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

20.1.3. Será considerada boa a situação financeira da proponente, quando os seus Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC) forem maiores do que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta “on line” no caso de empresas inscritas no SICAF:

LG=Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo/Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC= Ativo Circulante/ Passivo Circulante

20.2. Comprovação de Capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante-Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação, tendo por base o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social;

20.3. Comprovação capital social ou de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

20.4. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme Anexo VIII, de que um doze avos dos Contratos firmados com a Administração Pública ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante que poderá ser atualizado na forma descrita no item anterior;

20.4.1 a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício - DRE, relativa ao último exercício social;

20.4.2 caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na DRE apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

20.5. Declarações a serem prestadas:

20.5.1. Declaração de que é Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou Cooperativa, de acordo com o art. 11 do Decreto nº 6.204/07, se for o caso; e

20.5.1.1 Em atendimento à determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 1.793/2011 do Plenário), o responsável pela licitação, como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da proponente, verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação na de licitação ou a futura contratação, mediante a consulta de regularidade do fornecedor nos seguintes cadastros:

a) SICAF, verificando, ainda, a composição societária das empresas neste sistema, a fim de se certificar se entre os sócios há empregados da Conab;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

20.5.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que

prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

20.5.2.1. Constatada a existência de sanção, o responsável pela licitação reputará o proponente inabilitado, por falta de condição de participação.

20.5.3. Os documentos, dentro de seus prazos de validade, poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada em cartório competente, ou por servidor da CONAB mediante a apresentação dos originais, ou cópia da publicação em órgão da imprensa oficial.

20.5.4. Os documentos poderão ser encaminhados por e-mail pela proponente ou entregues pessoalmente ao responsável pela licitação.

20.5.5. Será inabilitado o proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Projeto Básico.

20.5.5.1. O responsável pela licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.5.5.2. É facultado a Conab, em qualquer fase deste procedimento de licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.5.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante o procedimento de licitação.

20.5.7. Se a proposta não for aceitável ou se o proponente não atender às exigências de habilitação, o responsável pela licitação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Projeto Básico.

20.5.8. Será considerado vencedor desta licitação o proponente que oferecer o MENOR PREÇO e que atender as exigências deste Projeto Básico, referentes à proposta de preços e à habilitação.

21. DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

21.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistirão na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do contrato, devendo ser exercido por um representante da contratante, especialmente designado na forma do artigo 543 do Regulamento de licitações e contratos da CONAB.

21.1.1. Será facultado à contratante nomear auxiliares, devidamente identificados e qualificados, para auxiliar na fiscalização e execução dos serviços e contratados.

21.1.2. A CONAB poderá exigir o afastamento de qualquer funcionário ou preposto da contratada, que estiver sem uniforme ou crachá, que venham causar embaraço à fiscalização, que adotem procedimentos incompatíveis com o exercício das funções que lhe foram atribuídas, ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, julgar inconveniente.

21.1.3. Solicitar à contratada a substituição de qualquer equipamento/ferramenta cujo uso considere prejudicial à boa conservação de seus pertences, equipamentos ou instalações, ou ainda, que não atendam às necessidades.

21.1.4. A existência da fiscalização da CONAB, de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da empresa que vier a ser contratada, na prestação dos serviços a serem executados.

21.1.5. A conformidade dos equipamentos/ferramentas a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no contrato, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e certificações.

21.1.6. O representante da Administração deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no artigo 542 do Regulamento de licitações e contratos da CONAB.

21.1.7. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais nas contratações continuadas com dedicação exclusiva dos trabalhadores da contratada, exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

a. Recolhimento da contribuição previdenciária estabelecida para o empregador e de seus empregados, conforme dispõe o artigo 195º, § 3º, da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual.

b. Recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior.

c. Pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior.

d. Fornecimento de vale transporte.

e. Fornecimento de auxílio alimentação.

f. Pagamento do 13º salário.

g. Concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei.

h. Realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso.

i. Eventuais cursos de treinamento e reciclagem.

j. Encaminhamento das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED.

k. Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho.

l. Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT em relação aos empregados vinculados ao contrato.

21.1.8. Quando da rescisão contratual o fiscal deve verificar o pagamento pela contratada das verbas rescisórias ou a comprovação de que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

21.2. Fiscalização inicial e mensal:

21.2.1. Conferir todas as anotações nas Carteiras de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados, por amostragem, e verificar se elas coincidem com o informado pela empresa e pelo empregado. Verificar a data de início do contrato de trabalho, a função exercida, a remuneração (importante estar discriminada em salário-base, adicionais e gratificações) e todas as eventuais alterações dos contratos de trabalho;

21.2.2. O salário não poderá ser inferior ao previsto no contrato administrativo e na Convenção Coletiva de Trabalho da Categoria (CCT);

21.2.3. Consultar eventuais obrigações adicionais constantes na CCT (por exemplo, se os empregados têm direito a auxílio-alimentação gratuito);

21.2.4. Verificar a existência de condições insalubres ou de periculosidade no local de trabalho, cuja presença levará ao pagamento dos respectivos adicionais aos empregados. Tais condições obrigam a empresa a fornecer determinados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs);

21.3. Fiscalização mensal, antes do pagamento da fatura:

21.3.1. Através de planilha-mensal verificar: nome completo do empregado, função exercida, dias efetivamente trabalhados, horas extras trabalhadas, férias, licenças, faltas, ocorrências;

21.3.2. Verificar em planilha-mensal o número de dias e horas trabalhadas efetivamente. Exigir cópias das folhas de ponto dos empregados, ponto eletrônico, ou outro controle padronizado (Súmula 338/TST). Em caso de faltas ou horas trabalhadas a menor, deve ser feita glosa da fatura;

21.3.3. Exigir da contratada, comprovantes de pagamento dos salários, auxílio transporte e auxílio alimentação dos empregados;

21.3.4. Realizar a retenção da contribuição previdenciária 11% (onze por cento) do valor da fatura, inclusive da contribuição patronal, e dos impostos incidentes sobre a

prestação do serviço;

21.3.5. Exigir os recolhimentos do FGTS por meio dos seguintes documentos:

- a. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- b. Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet.
- c. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- d. Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

21.3.6. Exigir os recolhimentos das contribuições ao INSS por meio de:

- a. Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP).
- b. Cópia do Comprovante de Declaração à Previdência.
- c. Cópia da Guia da Previdência Social (GPS) com a autenticação mecânica ou acompanhada do comprovante de recolhimento bancário ou o comprovante emitido quando recolhimento for efetuado pela Internet.
- d. Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);
- e. Cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

21.3.7. Consultar a situação da contratada junto ao SICAF.

21.3.8. Exigir a Certidão Negativa de Débito junto ao INSS (CND), a Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), sempre que expirar o prazo de validade.

21.4. Fiscalização periódica:

21.4.1. Conferir quais empregados estão prestando serviços e em quais funções. Fazer o acompanhamento com a planilha-mensal;

21.4.2. Verificar se os empregados estão cumprindo à risca a jornada de trabalho. Deve ser instaurada uma rotina para autorizar pedidos de realização de horas extras. Combinar com a contratada a forma da compensação de jornada;

21.4.3. Evitar ordens diretas aos empregados da empresa contratada. Com exceção da função de fiscal, ou quando previamente acertado com a contratada por escrito. Em contrário as solicitações de serviços e reclamações, devem ser dirigidas ao preposto da contratada;

21.4.4. Qualquer alteração na forma de prestação do serviço como a negociação de folgas ou a compensação de jornada, somente com autorização prévia da contratada.

21.5. Fiscalização especial:

21.5.1. Observar qual é a data-base da categoria prevista na Convenção Coletiva de Trabalho (CCT). Os reajustes dos empregados devem ser obrigatoriamente concedidos pela empresa no dia e percentual previstos;

21.5.2. Manter o controle de férias e licenças dos empregados da contratada em planilha-resumo;

21.5.3. Verificar se a contratada respeita as estabilidade provisórias de seus empregados (cipeiro, gestante, estabilidade acidentária).

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

22.1. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços descritos neste Projeto Básico;

22.2. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 03 (três) dias, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da CONTRATANTE;

22.3. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

22.4. Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados pela ação ou omissão de seus empregados, trabalhadores, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à União ou a terceiros;

22.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

22.6. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI;

22.7. Apresentar à Contratante, quando do início das atividades, e sempre que houver alocação de novo empregado na execução do contrato, relação nominal constando nome, endereço residencial e telefone dos empregados colocados à disposição da

CONTRATANTE, bem como as respectivas Carteiras de Trabalho e Previdência Social – CTPS, devidamente preenchidas e assinadas, para fins de conferência;

22.8. Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, tais como, faltas, férias e licenças, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

22.9. Responder por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento da obrigação constante do item anterior;

22.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadiplência não transfere responsabilidade à CONTRATANTE;

22.11. Não permitir que seus empregados realizem horas extraordinárias fora da jornada normal de trabalho, em finais de semana ou em dias feriados, exceto quando devidamente determinado pela CONTRATANTE e desde que observado o limite da legislação trabalhista;

22.12. Atender de imediato às solicitações da CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Projeto Básico;

22.13. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as orientações da

CONTRATANTE, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas;

22.14. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

22.15. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

22.16. Fornecer mensalmente, ou sempre que solicitados pela CONTRATANTE, os comprovantes do cumprimento das obrigações previdenciárias, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e do pagamento dos salários e benefícios dos empregados colocados à disposição da CONTRATANTE;

22.17. Não permitir a utilização do trabalho do menor;

22.18. Não repassar quaisquer custos de uniformes e equipamentos a seus empregados;

22.19. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

22.20. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;

22.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de auxílio transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja

satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no artigo 497 do Regulamento de licitações e contratos da CONAB.

22.22. Cumprir o disposto na Portaria nº 3.214 de 08/06/78 e suas Normas Regulamentadoras – NR, do Ministério do Trabalho, com alterações posteriores, no tocante às exigências de Segurança e Medicina do Trabalho:

22.22.1. Antes do início das atividades deverá encaminhar ao Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho – SESMT da CONAB, relação do pessoal que irá prestar os serviços contratados, cópia de ficha de registro, cópia de documento de identidade, cópia do ASO (atestado de saúde ocupacional), documento base do PCMSO e PPRA conforme estabelecido na NR-7 e NR-9, comprovante de entrega de EPI, cópia do último Acordo/Convenção Coletiva de Trabalho.

22.23. Disponibilizar EPIs (Equipamento de Produção Individual) e uniformes necessários à execução dos serviços.

22.24. O conjunto de uniformes e EPI's deverá atender as seguintes especificações:

22.24.1. Para os eletricitistas de manutenção industrial:

- Uniforme para eletricista conforme NR10 Risco 1(I) e 2(II) ATPV(Valor de proteção térmica do arco) 11,3 cal/cm² com proteção para Arco-Elétrico e Fogo Repentino é composto de Calça e Camisa e botina de segurança.
- Botina:
 - Fechamento em elástico;
 - Confeccionado em couro curtido ao cromo;
 - Bico de PVC;
 - Solado de poliuretano bidensidade injetado direto no cabedal resistente ao óleo combustível.
- Capacete de Segurança:
 - Casco injetado em material plástico;
 - Suspensão com ajuste;
 - Tira de absorção de suor;
 - Tira jugular.
- Óculos de Segurança:
 - Lente transparente;
 - Fabricado em policarbonato.
- Protetor auricular tipo plugue ou concha.
- Luva de Vaqueta.
- Luva de Alta tensão Classe 1.
- Máscara contra Pó sem filtro.

22.24.2. Para os mecânicos:

- Uniforme composto de Calça e Camisa confeccionados em Brim (100% algodão), resistente à rasgos e abrasões em geral.
- Botina:
 - Fechamento em elástico;
 - Confeccionado em couro curtido ao cromo;
 - Bico de aço;
 - Solado de poliuretano bidensidade injetado direto no cabedal resistente ao óleo combustível.
- Capacete de Segurança:
 - Casco injetado em material plástico;
 - Suspensão com ajuste;
 - Tira de absorção de suor;
 - Tira jugular.
- Óculos de Segurança:
 - Lente transparente;
 - Fabricado em policarbonato.
- Protetor auricular tipo plugue ou concha.
- Luva de Raspa.
- Máscara contra Pó sem filtro.

22.25. Fornecer e controlar os auxílios alimentação e transporte que são de direito de seus empregados.

22.26. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios necessários a execução dos serviços contratados.

23. DOS DANOS ÀS INSTALAÇÕES.

23.1. Não serão tolerados por parte da CONAB quaisquer danos às instalações civis, elétricas e mecânicas existentes, quando ou decorrentes da execução dos trabalhos contratados, em pontos que não sejam objeto deste Projeto Básico.

23.2. Os danos que daí advier serão de inteira responsabilidade da contratada, em termos de substituição/recomposição imediata dos componentes avariados, sendo que a execução destes serviços será condicionante para a liberação de parcelas do pagamento que a CONAB tenha de realizar à contratada.

24. DAS ALTERAÇÕES DE SERVIÇOS.

24.1. A CONAB reserva-se o direito de introduzir alterações nos serviços contratados, tanto nas especificações como na quantidade, sendo as diferenças a menor, descontadas no acordo final de contas e, a maior, pagas quando da conclusão dos serviços alterados.

24.2. A implementação de qualquer alteração nos serviços contratados sempre dependerá de autorização expressa da CONAB.

24.3. Se for alterada a quantidade de serviços contratados, durante a sua execução, será feita apuração dos valores dos mesmos, para mais ou para menos, com base nos

preços unitários de serviços constantes do orçamento detalhado apresentado pela CONTRATADA, por ocasião da proposta. Se dessas alterações decorrerem modificações no cronograma contratual, serão elas propostas pela CONTRATADA, mediante apresentação de um cronograma supletivo, sujeito, também, à aprovação da CONAB.

24.4. Na hipótese de inexistência de preços unitários para tais alterações, caberá à CONTRATADA apresentar o orçamento detalhado, bem como o cronograma supletivo aludido acima, ambos à prévia aprovação da CONAB.

24.5. Para materiais porventura fornecidos pela CONAB, não poderá a CONTRATADA pleitear indenização a qualquer título.

24.6. Qualquer alteração no valor do contrato, para maior ou para menor, em decorrência das alterações, bem como a dilatação do prazo, se houver, implicará na emissão de termo aditivo ao contrato.

25. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

25.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com o Regulamento de licitações e contratos da CONAB sujeita-se à sanções sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal. Conforme art. 576 do Regulamento de Licitações e contratos da CONAB são consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras definidas no instrumento convocatório:

I - Não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do Contrato;

II - apresentar documento falso em qualquer fase do processo administrativo instaurado pela Conab;

III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - incorrer em inexecução contratual; ou

VII - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público; ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; ter fraudado licitação pública ou Contrato dela decorrente; ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar Contrato administrativo; ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de Contratos celebrados com a Administração Pública, sem autorização em lei, no instrumento convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos Contratos celebrados com a Administração Pública; ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

25.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no item acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

25.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

25.2.2. Multa compensatória de 10% sobre o valor total da ordem de serviço, no caso de inexecução total do objeto;

Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida.

25.3. suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

25.4. As sanções devem ser aplicadas no processo administrativo da contratação, assegurando a ampla defesa e o contraditório.

25.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

25.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

26. DA RESCISÃO CONTRATUAL.

26.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Arts. 568 a 572 do RLC.

26.2. A rescisão poderá ser:

a. Por ato unilateral e escrito da Conab

b. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

c. Judicial, por determinação judicial.

26.3. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

26.4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos artigos 582 a 593 do RLC.

26.5. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no título anterior:

a. Assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;

b. Execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e

c. Na hipótese de insuficiência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

26.6. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

26.7. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

c. Indenizações e multas.

27. DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO.

27.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

a. De empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;

b. A quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;

c. De empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;

d. De empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

28. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.

28.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

28.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu serviço ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

28.3. Qualquer instalação, equipamento ou processo, situado em local fixo, que libere ou emita matéria para a atmosfera, por emissão pontual ou fugitiva, utilizado pela contratada na execução contratual, deverá respeitar os limites máximos de emissão de poluentes admitidos na Resolução CONAMA nº 382, de 26/12/2006, e Resolução CONAMA nº 436, de 22/12/2011, e legislação correlata, de acordo com o poluente e o tipo de fonte;

28.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos frascos de aerossol originários da contratação, recolhendo-os ao sistema de coleta montado pelo respectivo fabricante, distribuidor, importador, comerciante ou revendedor, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada;

28.5. A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

28.5.a) Manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

28.5.b) Supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

28.5.c) Florestas plantadas; e

28.5.d) Outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

28.6. É vedada à contratada a utilização, na contratação, de produtos preservativos de madeira que contenham os ingredientes ativos Lindano (gama-hexaclorociclohexano) e Pentaclorofenol (PCF) e seus sais;

28.7. As embalagens e os resíduos de produtos preservativos de madeira não podem ser reutilizados ou reaproveitados, devendo ser recolhidos pela contratada e descartados de acordo com as recomendações técnicas apresentadas na bula, para destinação final ambientalmente adequada;

28.8. Caso o objeto ou suas etapas se enquadrem nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, a Contratada deverá elaborar plano de gerenciamento de resíduos sólidos, sujeito à aprovação da autoridade competente.

28.9. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, será designado responsável técnico devidamente habilitado

28.10. São proibidas à contratada as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

28.10.a) Lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

28.10.b) Lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

28.10.c) Queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

28.10.d) Outras formas vedadas pelo poder público.

28.11. Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 7.404, de 2010, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA, devendo:

28.11.a) Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013;

28.11.b) Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA;

28.11.c) Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica e econômica para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

28.11.d) A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 7.404, de 2010, deverá:

28.11.e) elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente;

28.11.f) Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

28.11.g) Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

29. DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES.

29.1. A Matriz de Riscos é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

29.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na Matriz de Riscos – Anexo VI do Projeto Básico.

29.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na Matriz de Riscos – Anexo VI do Projeto Básico.

30. DISPOSIÇÕES GERAIS.

30.1. A CONAB poderá revogar a licitação, por interesse público, antes da celebração do contrato, ou anulá-la, por ilegalidade, constatada de ofício, ou mediante provocação de terceiros, sempre, em ambas as situações, através de despacho fundamentado.

30.2. A nulidade do processo licitatório induzirá, automaticamente, à do contrato.

30.3. A CONAB reserva-se o direito de recusar o equipamento e/ou serviço de instalação entregue, se esse não estiver de acordo com as especificações técnicas deste Projeto Básico.

30.4. A licitante ficará obrigada a entregar o material/serviços deste Projeto Básico, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da CONAB.

30.5. Integram este Projeto Básico os seguintes Anexos:

Anexo I - Declaração de vistoria técnica;

Anexo II - Declaração de dispensa de vistoria técnica;

Anexo III - Modelo: Planilha de custos e formação de preços para o cargo/função;

Anexo IV - Modelo: Planilhas auxiliares, uniformes, equipamentos/ferramentas e EPI's;

Anexo V – Modelo: Planilha de detalhamento dos encargos sociais;

Anexo VI – Matriz de Riscos;

Anexo VII - IMR: Instrumento de Medição de Resultados;

Anexo VIII - Modelo de declaração – relação de compromissos assumidos;

Anexo IX - Termo de compromisso de ajuste de conduta 26/2008;

Anexo X - Planilha de custos e formação de preços;

Elaborado por:

ELTON BRITO DA SILVA Gerência de Engenharia da Rede de Armazéns Próprios Analista – Engenheiro Eletricista CREA 18818/D-DF	ROGÉRIO BATISTA SILVA UA Rio Formoso - TO Gerente Matrícula 106.613
---	--

Nos termos do art. 131 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, aprovo o presente Projeto Básico e seus anexos em todo o seu teor, tendo em vista a coerência das justificativas e dos objetivos apresentados em relação à contratação em apreço.

Área Demandante:

FELIPE THOMAZ DE SOUZA CARVALHO Gerência de Operações e de Suporte Estratégico Gerente	MARCO TÚLIO DO NASCIMENTO Superintendência Regional do Tocantins Superintendente
---	---

Área Técnica:

ANDREA DE CARVALHO OLIVEIRA Gerência de Engenharia da Rede de Arm. Próprios Gerente	VITOR GONÇALVES FIGUEIRA Superintendência de Armazenagem Superintendente
--	---

ANEXO I

MODELO

DECLARAÇÃO DE VISTORIA TÉCNICA

Declaro que em __/__/201 , às __:__ horas, a empresa _____, CNPJ nº _____, sediada em _____, CEP _____, telefones:() _____, representada pelo funcionário _____, portador da RG nº _____, CPF nº _____, vistoriou minuciosamente as instalações da unidade armazenadora de Rio Formoso - TO à localizada na Estrada da Fazenda Rancho 2-S km 3,5 s/n - Zona Rural - Formoso do Araguaia/TO, tomando conhecimento de todas as informações e condições para a execução dos serviços licitados.

Formoso do Araguaia - TO, de de 20.....

Assinatura/Carimbo do Declarante
Responsável Técnico

Assinatura/Carimbo
Empregado da CONAB

ANEXO II

MODELO

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE VISTORIA TÉCNICA

(NOME DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DA MESMA), COM CNPJ NÚMERO _____, COM SEDE NO ENDEREÇO _____, neste ato representada por (REPRESENTANTE DA EMPRESA E QUALIFICAÇÃO DO MESMO, CONSTANDO INCLUSIVE QUAL A FUNÇÃO/CARGO NA EMPRESA), DECLARAMOS que, OPTAMOS por não realizar a visita/vistoria ao(s) local(is) de execução dos serviços, que ASSUMIMOS todo e qualquer risco por esta decisão, conforme descrito nos itens 8.5 e 8.5.1 do Projeto Básico, e NOS COMPROMETEMOS a prestar fielmente os serviços nos termos do Edital, do Projeto Básico e dos demais anexos que compõem o processo na modalidade Tomada de preços nº ____/20 ___, Processo Administrativo nº ____/20 ____.


Formoso do Araguaia - TO, de de 20.....

Assinatura/Carimbo do Declarante

Responsável Técnico

ANEXO III

MODELO: PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA O CARGO/FUNÇÃO

 PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
I	Salário estimado do profissional	Valor Mensal	
	Especificar o profissional (1)		R\$ 0
II	Composição da remuneração		
	Valor do salário		R\$ 0
	Adicional de Periculosidade (2)	0,00%	R\$ 0
	Adicional de insalubridade (2)	0,00%	R\$ 0
	Total - Remuneração		R\$ 0
III	Encargos sociais incidentes sobre a remuneração - COM DESONERAÇÃO		
Grupo A: Encargos Sociais Básicos			
A.01	INSS	0,00%	R\$ 0
A.02	SESI	1,50%	R\$ 0
A.03	SENAI	1,00%	R\$ 0
A.04	INCRA	0,20%	R\$ 0
A.05	SEBRAE	0,60%	R\$ 0
A.06	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 0
A.07	SEGURO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO	3,00%	R\$ 0
A.08	FGTS	8,00%	R\$ 0
A.09	SECONCI	0,00%	R\$ 0
SUBTOTAL GRUPO A		16,80%	R\$ 0
Grupo B: Encargos que recebem a incidência do grupo A			
B.01	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,66%	R\$ 0
B.02	13º SALÁRIO	8,33%	R\$ 0
B.03	LICENÇA PATERNIDADE	0,05%	R\$ 0
B.04	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%	R\$ 0
B.05	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,08%	R\$ 0
B.06	FÉRIAS GOZADAS	10,41%	R\$ 0
B.07	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	R\$ 0
SUBTOTAL GRUPO B		20,12%	R\$ 0
Grupo C: Encargos que não recebem a incidência do grupo B			
C.01	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	3,77%	R\$ 0
C.02	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,09%	R\$ 0
C.03	FÉRIAS INDENIZADAS	0,67%	R\$ 0
C.04	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	1,76%	R\$ 0
C.05	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,32%	R\$ 0
SUBTOTAL GRUPO C		6,61%	R\$ 0
Grupo D: Reincidência do grupo A sobre o Grupo B			
D.01	REINCIDÊNCIAS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	3,38%	R\$ 0
D.02	REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE API E GRUPO A SOBRE APT	0,32%	R\$ 0
SUBTOTAL GRUPO D		3,70%	R\$ 0
Taxa total de Encargos Sociais		47,23%	R\$ 0
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais			R\$ 0
IV	Insumos		
	Valor mensal do Uniforme (3)		R\$ 0
	Manutenção de equipamentos		R\$ 0
	EPI's		R\$ 0
	Vale Alimentação (4)		R\$ 0
	Desconto auxílio alimentação ou cesta básica		R\$ 0
	Vale Refeição (4)		R\$ 0
	Desconto Vale refeição		R\$ 0
	Vale transporte (5)		R\$ 0
	Desconto legal sobre transporte (6%)		R\$ 0
	Outros insumos - especificar		
Total de Insumos			R\$ 0
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais+insumos			R\$ 0
VI	Demais componentes		
	Valor mensal do lucro (7)	10,00%	R\$ 0
	Despesas com administração central	3,00%	R\$ 0
	Despesas financeiras	1,00%	R\$ 0
	Seguros, riscos e garantias	0,56%	R\$ 0
	Outras despesas (discriminar)		R\$ 0
Total - Demais componentes		14,56%	R\$ 0
VII	Tributação sobre o faturamento		
	ISSQN ou ISS	5,00%	R\$ 0
	COFINS	3,00%	R\$ 0


PIS	0,65%	R\$ 0
CPRB	4,35%	R\$ 0
Total - Tributos sobre o faturamento	13,00%	R\$ 0
BDI ADOTADO		27,5
Preço mensal dos serviços por profissional		R\$ 0
Quantidade de profissionais		
Valor total geral - Mensal:		R\$ 0,00
Valor total geral - Anual:		R\$ 0,00
Fator K		#DIV/0!
Observações: (1) Valor do salário do profissional especificado (2) Percentual à título de periculosidade e/ou insalubridade conforme legislação vigente. (3) Foi considerado o fornecimento de 2 conjuntos por ano. (4) Auxílio alimentação e refeição conforme oferta da proponente. (5) Vale transporte (6) A empresa licitante deverá observar o correto enquadramento sindical, conforme sua atividade preponderante, de acordo com o artigo 511 do decreto-lei nº 5.452/43 (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), informando o Instrumento Coletivo de Trabalho que utilizou como base para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços e a data-base da categoria por ele estabelecida. (7) Lucro estimado pela proponente		


Observação: A proponente deve preencher uma planilha para cada posto de trabalho.


ANEXO IV

Modelo: Planilhas auxiliares, uniformes, equipamentos/ferramentas e EPI's;

ELETRICISTAS

 PLANILHA AUXILIAR - KIT DE UNIFORMES					
Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	2	Roupa anti-chamas para eletricista conforme NR10 - Calça e camisa de segurança, confeccionada em uma camada de tecido Uniforte FR, composto por 100% de algodão, ATPV 8,6 cal/cm², fabricado pela Companhia de Tecidos Santanense, com gramatura nominal: 8,0 oz/yard² (273,1 g/m²).	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 0,00
Total Mensal					R\$ 0,00

 PLANILHA AUXILIAR - KIT DE EPI's					
Item		QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ORSE 11457	1	Botina em Couro com Bico de PVC	0,00	0,00
2	SINAPI i36152	1	oculos de segurança contra impactos com lente incolor, armacao nylon, com protecao uva e uvb	0,00	0,00
3	Cotação	1	Balaclava eletricista	0,00	0,00
4	Cotação	1	Protetor facial eletricista	0,00	0,00
5	Cotação	1	capacete com jugular v-gard branco c.a 4981 3M ou similar	0,00	0,00
6	SBC 7296	2	Luva de vaqueta	0,00	0,00
7	SINAPI 36153	1	Talabarte de segurança, 2 mosquetoes trava dupla *53* mm de abertura, com absorvedor de energia	0,00	0,00
8	SBC 062001	1	Cinturao de segurança tipo paraquedista 3 pontos	0,00	0,00
9	SINAPI 36149	1	Trava-quedas em aco para corda de 12 mm, extensor de 25 x 300 mm, com mosquetao tipo gancho trava dupla	0,00	0,00
10	FDE 49708	1	luva de cobertura em vaqueta e raspa ca 26742	0,00	0,00
11	SINAPI i36147	1	Luva de borracha isolante para alta tensao, resistente a ozonio, tensao de ensaio 2,5 kv (par)	0,00	0,00
12	ORSE 11416	40	Máscara contra poeira-respirador contra pó	0,00	0,00
13	ORSE 11455	4	Protetor auricular tipo plug de silicone	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 0,00
Total Mensal					R\$ 0,00



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento


PLANILHA AUXILIAR - KIT DE FERRAMENTAS


Kit de ferramentas para Manutenção Elétrica

Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	1	Alicate de bico meia cana reto com cabo isolado 6"	0,00	0,00
2	Cotação	1	Alicate de corte diagonal com cabo isolado 6"	0,00	0,00
3	Cotação	1	Alicate universal com cabo isolado 8"	0,00	0,00
4	Cotação	1	Caixa metálica para ferramenta com divisão	0,00	0,00
5	Cotação	1	Detector de Tensão 90V a 1000V AC minipa ou similar	0,00	0,00
6	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 3/16x4" - cabo isolado	0,00	0,00
7	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 3/16x6" - cabo isolado	0,00	0,00
8	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 5/16x8" - cabo isolado	0,00	0,00
9	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 1/8x3" - cabo isolado	0,00	0,00
10	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 1/4x6" - cabo isolado	0,00	0,00
11	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 3/16x4" - cabo isolado	0,00	0,00
12	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 3/16x6" - cabo isolado	0,00	0,00
13	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 5/16x8" - cabo isolado	0,00	0,00
14	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 1/8x3" - cabo isolado	0,00	0,00
15	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 1/4x6" - cabo isolado	0,00	0,00
16	Cotação	1	Alicate Amperímetro Minipa Et-3200A 1000A Ac ou similar	0,00	0,00
17	Cotação	1	Jogo de Chave Hexagonal Longa L com 9 Peças	0,00	0,00
18	SBC 015512	1	Furadeira/parafusadeira b/d bateria 7,2v 12	0,00	0,00
19	Cotação	1	Conjunto de Chaves Combinadas 12 Peças de 6 MM A 19 MM	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00

Manutenção equipamentos (gasto mensal) - adotado 0,5% a.m.	R\$ 0,00
Depreciação de equipamentos (gasto mensal) adotado 8 anos e residual= 20%	R\$ 0,00
Total mensal	R\$ 0,00

MECÂNICOS

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento		PLANILHA AUXILIAR - KIT DE UNIFORMES			
Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	IOPES 820104	1	Conjunto calça e camisa fabricados em brim com fechamento em botão , manga curta ou manga longa, com um bolso na altura do peito, na cor cinza.	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 0,00
Total Mensal					R\$ 0,00

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento		PLANILHA AUXILIAR - KIT DE EP'is			
Item		QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SINAPI 12893	1	Botina de segurança com biqueira aco - elastico raspa	0,00	0,00
2	SINAPI i36152	1	Óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armacao nylon, com protecao uva e uvb	0,00	0,00
3	Cotação	1	Capacete com jugular v-gard branco c.a 4981 3M ou similar	0,00	0,00
4	SBC 007283	2	Luva de vaqueta	0,00	0,00
5	SINAPI 036150	1	Avental de segurança de raspa de couro 1,00 x 0,60 m	0,00	0,00
6	SINAPI 012892	1	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	0,00	0,00
7	SINAPI 36153	1	Talabarte de segurança, 2 mosquetoes trava dupla *53* mm de abertura, com absorvedor de energia	0,00	0,00
8	SBC 062001	1	Cinturao de segurança tipo paraquedista 3 pontos	0,00	0,00
9	SINAPI 36149	1	Trava-quedas em aco para corda de 12 mm, extensor de 25 x 300 mm, com mosquetao tipo gancho trava dupla	0,00	0,00
10	SBC 007305	1	Perneira de couro para soldador	0,00	0,00
11	ORSE 11416	40	Máscara contra poeira-respirador contra pó	0,00	0,00
12	ORSE 11455	4	Protetor auricular tipo plug de silicone	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 0,00
Total Mensal					R\$ 0,00

Kit de ferramentas para Manutenção Mecânica

Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	1	Jogo de soquete estriado (18 PEÇAS)	0,00	0,00
2	Cotação	1	Chave Inglesa 10"	0,00	0,00
3	Cotação	1	Chave Inglesa 12"	0,00	0,00
4	Cotação	1	Chave Inglesa 15"	0,00	0,00
5	Cotação	1	Jogo de Chave Hexagonal Longa L com 9 Peças (9 PEÇAS: 1.5 mm a 10 mm")	0,00	0,00
6	Cotação	1	Jogo de chaves Estrela (8 PEÇAS: 6 a 22mm)	0,00	0,00
7	Cotação	1	Jogo de chaves combinadas: boca e estria (16 PEÇAS: ¼ a 1 1/4)	0,00	0,00
8	Cotação	1	Jogo de chaves Fenda e Philips (10 PEÇAS)	0,00	0,00
9	Cotação	1	Jogo de Alicates (3 peças: UNIVERSAL, CORTE E BICO)	0,00	0,00
10	Cotação	1	Caixa metálica para ferramenta com divisão	0,00	0,00
11	Cotação	1	Paquímetro Universal 0-150mm Resolução de 0.05mm/1/128"	0,00	0,00
12	Cotação	1	Marreta oitavada 2 kg com cabo de madeira	0,00	0,00
TOTAL					R\$ 0,00

ANEXO V
MODELO
TABELA DE COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS

ENCARGOS SOCIAIS SOBRE A MÃO DE OBRA					
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
		HORISTA %	MENSALISTA %	HORISTA %	MENSALISTA %
GRUPO A					
A1	INSS	0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	SESI	1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	SENAI	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	INCRA	0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	SEBRAE	0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidentes de Trabalho	3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS	8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	SECONCI	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
A	Total	16,80%	16,80%	36,80%	36,80%
GRUPO B					
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,90%	Não incide	17,90%	Não incide
B2	Feriados	3,95%	Não incide	3,95%	Não incide
B3	Auxílio - Enfermidade	0,91%	0,66%	0,91%	0,66%
B4	13º Salário	11,49%	8,33%	11,49%	8,33%
B5	Licença Paternidade	0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas	0,77%	0,56%	0,77%	0,56%
B7	Dias de Chuvas	1,53%	Não incide	1,53%	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
B10	Salário Maternidade	0,04%	0,03%	0,04%	0,03%
B	Total	36,77%	9,71%	36,77%	9,71%
GRUPO C					
C1	Aviso Prévio Indenizado	7,38%	5,35%	7,38%	5,35%
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,17%	0,13%	0,17%	0,13%
C3	Férias Indenizadas	11,88%	8,62%	11,88%	8,62%
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	2,53%	1,83%	2,53%	1,83%
C5	Indenização Adicional	0,62%	0,45%	0,62%	0,45%
C	Total	22,58%	16,38%	22,58%	16,38%
GRUPO D					
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B	6,18%	1,63%	13,53%	3,57%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,62%	0,45%	0,65%	0,48%
D	Total	6,80%	2,08%	14,18%	4,05%
TOTAL(A+B+C+D)		82,95%	44,97%	110,33%	66,94%

ANEXO VI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA PARA MANUTENÇÃO ELÉTRICA E MECÂNICA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS/FERRAMENTAS E UNIFORMES EPT'S E EPC'S E MATERIAIS SOB DEMANDA, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DE MANUTENÇÃO NAS INSTALAÇÕES DA UNIDADE ARMAZENADORA DE RIO FORMOSO LOCALIZADA NA ESTRADA DA FAZENDA RANCHO 2-S KM 3,5 S/N - ZONA RURAL - FORMOSO DO ARAGUAIA/TO.

Identificação				Avaliação			Tratamento ao Risco	
Fases	Evento de Risco	Causas	Consequências	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco (P) x (I)	Resposta ao evento do Risco	Responsável
PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	Origem de Demanda: Inadequação da solicitação de demanda	Erro na descrição das necessidades ao preencher o Documento de Origem de Demanda - DOD	Impossibilidade de prosseguimento do tratamento da demanda	3	3	ELEVADO	Análise prévia do DOD pela gestor da área demandante antes do envio à área Técnica.	CONTRATANTE
	Nota de Demanda: Erros na elaboração da nota de demanda, má elaboração do estudo preliminar, falta de detalhamento, etc.	Falta de conhecimento técnico sobre o objeto da demanda por parte do profissional designado para elaboração da mesma.	Falta de dados para definição da área responsável pela elaboração de nota técnica e PROJETO BÁSICO	3	4	ELEVADO	Retornar da Nota de demanda à área demandante para correção	CONTRATANTE
	Nota Técnica: Nota técnica inconsistente, falta de detalhamento adequado da situação demandada.	Nota técnica elaborada por profissionais não capacitados e legalmente habilitados para realização de vistorias e elaboração de Nota Técnica.	Impossibilidade de elaboração do PROJETO BÁSICO com base na nota técnica	2	4	ELEVADO	Designar profissional capacitado e legalmente habilitado para elaboração de Notas Técnicas.	CONTRATANTE
	Alteração de normas vigentes	Alterações na legislação ou outras normas que impliquem em mudança no PROJETO BÁSICO	Necessidade de adequação do PROJETO BÁSICO às novas normas	2	3	MÉDIO	Acompanhar periodicamente as normas relativas ao objeto	CONTRATANTE
	PROJETO BÁSICO: Erro na elaboração do PROJETO BÁSICO, detalhamento e especificações do objeto.	PROJETO BÁSICO elaborado por profissionais não capacitados e legalmente habilitados para realização de vistorias elaboração do PROJETO BÁSICO	Risco de paralisação do processo na fase de elaboração de edital ou risco de contratação de serviço que não atende as necessidades da área demandante.	3	4	ELEVADO	Designar técnico com conhecimento na área referente ao objeto demandado e realizar check list após elaboração do PROJETO BÁSICO	CONTRATANTE
	Erro na estimativa de custos	Erros de quantitativos e preços na planilha orçamentária ou má elaboração do pedido de orçamento ou ausência de insumos existentes na elaboração dos preços ofertados	super ou subfaturamento de serviços.	1	4	MÉDIO	Visita técnica do profissional responsável pela elaboração do PROJETO BÁSICO orçamento. Treinamento.	CONTRATANTE
	Erro na elaboração do edital e seus anexos	Falta de conhecimento específico ou Falta de atenção aos detalhes do PROJETO BÁSICO no momento da elaboração do edital ou contrato	Risco de perda de qualidade na execução dos serviços, erros de prazo de execução e vigência de contrato.	2	4	ELEVADO	realizar check list de toda documentação antes e depois do processo de elaboração de editais e contratos com atenção especial para datas e prazos.	CONTRATANTE
	Erro na análise e chancela jurídica do Edital e seus anexos.	Falta de conhecimento específico sobre o processo de contratação de serviços de engenharia por parte do profissional designado para análise.	Perdas de prazos regimentares para prosseguimento do processo, retrabalho.	2	3	MÉDIO	Solicitar Treinamento sobre contratação de serviços de engenharia para Área jurídica	CONTRATANTE
SELEÇÃO DE FORNECEDORES	Falta de Orçamento: Falta de Recursos para contratação no momento da contratação	Perda de prazos regimentares para emissão de nota de empenho.	paralisação do processo, impedimento de licitar	3	4	ELEVADO	Procurar celeridade nos processos a fim de viabilizar recursos a tempo	CONTRATANTE
	Licitação Fracassada	Dificuldade de cumprimento das exigências do edital por parte das empresas especializadas na execução do objeto.	Não contratação do objeto por meio de processo licitatório.	1	4	MÉDIO	Procurar verificar as condições de mercado no momento da elaboração de PROJETO BÁSICO e edital.	CONTRATANTE
	Licitação Deserta	Nenhum proponente interessado comparece ou por ausência de interessados na licitação	Prejuízo ao erário, retrabalho.	1	4	MÉDIO	Procurar verificar as condições de mercado no momento da elaboração de PROJETO BÁSICO e edital.	CONTRATANTE
	Participação de vários licitantes por falta de detalhamento técnico do objeto e condições para contratação.	PROJETO BÁSICO tecnicamente mal instruído	Objeto com baixa definição técnica permitem a participação de várias empresas especializadas na execução do mesmo o que dificulta a escolha da melhor proposta e aumenta o risco de entrega de objeto que não atende às necessidades da contratante.	1	4	MÉDIO	Procurar descrever o mais tecnicamente possível o objeto e exigências para habilitação das empresas no certame.	CONTRATANTE

	Atestado de Capacidade Técnica fraudulenta ou de credibilidade duvidosa	Uso de má fé das proponentes	Eliminação da proponente ou contratação de empresa incapaz de executar o objeto	2	4	ELEVADO	Verificar com a empresa que emitiu o atestado de capacidade técnica a veracidade do mesmo	CONTRATANTE
	Impugnação da Licitação	Ocorre quando o Princípio da Igualdade é contrariado por meio de exigências de marca, domicílio do licitante e demais exigências que só visam afastar a competitividade do certame de Licitação.	Não contratação do objeto.	1	5	MÉDIO	Observar o princípio da igualdade não exigindo itens que afastem a competitividade.	CONTRATANTE
	Possibilidade de ocorrência de Jogo de planilhas	Proposta que contém itens com valores acima e abaixo do preço de mercado simultaneamente e no somatório da planilha se compensam, totalizando um valor global abaixo do valor de mercado, atendendo momentaneamente ao interesse público.	Aditamentos ao contrato com o aumento dos quantitativos dos itens de preços unitários elevados e redução dos quantitativos dos itens de preços inferiores.	2	4	ELEVADO	Elaboração de PROJETO BÁSICO com nível de precisão adequado e detalhamento suficiente para executar o que se pretende.Treinamento.	CONTRATANTE
GESTÃO DE CONTRATOS	Danos às instalações da contratante	Falta de planejamento e atenção na execução dos serviços nas instalações da contratante - CONAB.	Defeitos em estruturas não contempladas nos serviços.	2	2	MÉDIO	Item específico no PROJETO BÁSICO e edital alertando que não será aceito qualquer dano às instalações da contratada. Acompanhamento dos serviços em campo.	CONTRATADA, CONTRATANTE
	Risco de ocorrência de acidentes de trabalho	Falta de treinamento dos colaboradores da contratada, falta de EPI's e EPC's e supervisão dos trabalhos por parte da Contratada	Acidentes de trabalho com e sem afastamento.	2	3	MÉDIO	Exigir da contratada o cumprimento de toda legislação referente à segurança e medicina do trabalho.	CONTRATANTE
	Atraso na liberação de instalações ou documentos para execução dos serviços	Falta de planejamento/ programação para acompanhamento dos serviços.	Atraso na entrega dos serviços.	2	3	MÉDIO	Exigir da contratada o planejamento de manutenção para acompanhamento da execução dos serviços.	CONTRATANTE
	Falhas de execução dos serviços.	Falta de mão de obra qualificada ou uso de materiais de baixa qualidade	Atraso na execução dos serviços por conta de necessidades de demolição, desmontagem e reconstrução.	2	3	MÉDIO	Fiscalização da execução por profissional tecnicamente habilitado e designado pela contratante. Qualificação técnica da contratada e de subcontratados	CONTRATANTE CONTRATADA.
	Aplicação de materiais com especificação diferente da prevista, com substituição por produtos de qualidade inferior ou com quantitativo menor do que o previsto	Uso de má fé da contratada e falta de acompanhamento dos serviços in loco pela fiscalização	Execução do objeto fora dos padrões especificados no PROJETO BÁSICO. Recusa do recebimento dos serviços ou paralisação da execução.	3	4	ELEVADO	Acompanhamento in loco do andamento dos serviços, solicitar amostras dos materiais aplicados.	CONTRATANTE CONTRATADA.
	Falta de comunicação entre contratada e contratante - CONAB	Não acompanhamento do plano de manutenção e contrato de prestação de serviços pela fiscalização	Falta de conhecimento do andamento do serviço por parte da fiscalização	2	3	MÉDIO	Exigência do preenchimento de relatórios de ordem de serviço pela contratada	CONTRATANTE CONTRATADA.
	Indisponibilidade de recursos por parte do contratado para execução dos serviços.	Contratada não dispõe de recursos financeiros pessoal ou material para continuidade dos serviços.	Paralisação do serviço.	1	3	MÉDIO	Exigência de qualificação financeira no Edital, seguro garantia.	CONTRATADA.
	Caso Fortuito ou força Maior	Situações em serviços que configurem caso fortuito ou força maior	Paralisação do serviço.	1	1	BAIXO	Paralisar serviço	CONTRATADA. CONTRATANTE
	Possibilidade de Falência da Contratada ou de subcontratada no decorrer do contrato	Falta de recursos financeiros para continuidade da prestação de serviços por parte da contratada	Paralisação/ abandono do contrato	1	1	BAIXO	Exigência de comprovação de qualificação financeira e garantias da contratada e de suas subcontratadas	CONTRATANTE CONTRATADA
	Falta de recursos para celebração de aditivos de preço	Indisponibilidade de orçamento por parte da contratante - CONAB	Paralisação do serviço.	2	4	ELEVADO	elaboração de orçamento estimativo de forma a não deixar brechas para aditivos.	CONTRATANTE

1. Definição do risco nas fases de Planejamento da Contratação, Seleção de Fornecedores e Gestão de Contratos.
2. O evento de risco é incerto, que, se ocorrer, afeta a realização dos objetivos da contratação.
3. Condições que viabilizam a concretização de um evento de risco.
4. Identificação de quais são as consequências no caso da ocorrência do risco.
5. A avaliação da probabilidade e do impacto deverá ser analisada em um escala de 1 a 5, conforme definida nas tabelas abaixo:

Escala de Probabilidade (P) – Associada às chances do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixa	Evento extraordinário, sem histórico de ocorrência.	1
Baixa	Evento casual e inesperado, muito embora raro, há histórico de sua ocorrência.	2
Média	Evento esperado, de frequência reduzida, e com histórico de ocorrência parcialmente conhecido.	3

Alta	Evento usual, com histórico de ocorrência amplamente conhecido.	4
Muito Alta	Evento repetitivo e constante.	5

Escala de Impacto (I) – Associada às consequências no caso do risco ocorrer		
Descritor	Descrição	Nível
Muito Baixo	Impacto insignificante nos objetivos.	1
Baixo	Impacto mínimo nos objetivos.	2
Médio	Impacto mediano nos objetivos, com possibilidade de recuperação.	3
Alto	Impacto significativo nos objetivos, com possibilidade remota de recuperação.	4
Muito Alto	Impacto máximo nos objetivos, sem possibilidade de recuperação.	5

6. Após o resultado do cálculo da probabilidade x impacto será obtido o nível do risco, que poderá ser classificado como baixo, médio, elevado e extremo, conforme tabela abaixo:

Nível de Risco	
1 a 2	Baixo
3 a 6	Médio
8 a 12	Elevado
15 a 25	Extremo

7. Tratar o risco consiste em propor ações para prevenir, transferir, mitigar ou aceitar o risco. Neste campo, deve-se descrever a ação/resposta mais adequada para tratamento do risco identificado.
8. Identificar o responsável/os responsáveis pela ação proposta, se o contratado ou o contratante.

MATRIZ DE RISCOS DAS CONTRATAÇÕES OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Frações do objeto (Obras e serviços de engenharia)	Permissão para inovar em soluções metodológicas e Frações do objeto (Obras e serviços de engenharia)' tecnológicas, desde que atento ao que foi delineado no projeto básico. (Sim/Não)
Serviços preliminares	NÃO
Terraplanagem	SIM
Infraestrutura (fundação e laje)	SIM
Supraestrutura (pilares, vigas e vedações)	SIM
Cobertura	SIM
Piso e pavimentação	SIM
Instalações	SIM
Equipamentos	SIM
Esquadrias	SIM
Revestimentos	SIM
Sinalização	SIM
Obras complementares	SIM
Interferências	SIM
Meio ambiente e paisagismo	SIM

ANEXO VII

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

- 1. DA DEFINIÇÃO**
- 1.1. Instrumento de Medição de Resultado (IMR): mecanismo que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento, nos termos do inciso XLIX art. 3º do RLC-CONAB
- 1.2. Este documento estabelece os critérios de avaliação da qualidade dos serviços, identificando indicadores, metas, mecanismos de cálculo, forma de acompanhamento e adequações de pagamento por eventual não atendimento das metas estabelecidas.
- 1.3. Este anexo será parte integrante do Contrato e de seus demais anexos.
- 2. DOS INDICADORES, DAS METAS E DOS MECANISMOS DE CÁLCULO (§2º art 21, RLC)**
- 2.1. Os serviços e produtos da CONTRATADA serão avaliados por meio de indicadores de qualidade: **uso dos uniformes, materiais, equipamentos, tempo de resposta às solicitações da contratante, atraso no pagamento de salários e outros benefícios, falta de materiais previstos em contrato, qualidade dos serviços prestados e assiduidade.**
- 2.2. Aos indicadores serão atribuídas percentuais de execução, conforme critérios apresentados nas tabelas abaixo, sendo acumulativo em caso de descumprimento.
- 2.2.1. O Indicador contribui com uma quantidade diferenciada de pontos de qualidade. Essa diferença está relacionada à essencialidade do indicador para a qualidade dos serviços.
- 2.2.2. A pontuação final de qualidade dos serviços pode resultar em valores entre 0 (zero) a 20 (vinte), correspondentes respectivamente às situações de serviço desprovido de adequações e serviço com adequações de qualidade.
- 2.3. As tabelas abaixo apresentam os indicadores, as metas, os critérios e os mecanismos de cálculo da pontuação de qualidade.

TABELA DE AVALIAÇÃO		Período de Referência: Mês/Ano	
ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO CRITÉRIO DE AVALIAÇÃO	Adequado	Inadequado
1	Crédito de salários até o 5º dia útil do mês imediatamente subsequente ao do mês de referência): (ordinários – mensal), décimo terceiro, férias, remunerações compensatórias e rescisões contratuais		
2	Crédito dos benefícios de vale-transporte e vale Refeição na data conforme estabelecido (no contrato ou na Convenção Coletiva)		
3	Cumprir determinações e notificações da FISCALIZAÇÃO, no prazo estabelecido em ofícios ou justificar o não atendimento.		
4	Fornecer equipamentos condizentes com as especificações, e substitui-los quando necessário (Contrato e Projeto Básico)		
5	Efetuar a correta manutenção dos equipamentos e das instalações. Executando as atividades diárias e serviços determinados pela FISCALIZAÇÃO / responsável, inclusive registros de manutenção e frequência ou apresentar a devida justificativa ou determinação formal.		
6	Garantir a presença completa da equipe diariamente. Não deixar nenhum posto de trabalho sem reposição de funcionário por 1 dia completo (8 horas), seja por atestado, falta justificada ou qualquer que seja o motivo, salvo caso fortuito ou força maior. Substituir funcionários com anuência prévia da contratante com apresentação documental completa.		
7	Manter os locais de execução do trabalho sempre limpo e organizado, inclusive bancadas, torno, oficina, equipamentos.		
8	Trabalhar respeitando as condutas e normas de segurança do trabalho. Em especial NR10. Agindo prontamente com prevenção, Impedir danos ao sistema elétrico e patrimônio da CONAB, de terceiros, garantindo à integridade física de quem quer que seja, quanto a riscos elétricos dentro das dependências.		

TABELA DE AVALIAÇÃO		Período de Referência: Mês/Ano	
9	Inspecionar as instalações, registrar, controlar as intervenções e necessidades de manutenção, além de comunicar as áreas de manutenção e segurança da Administração, todo acontecimento entendido como irregular e que possa vir a representar risco para os funcionários e patrimônio das instalações.		
10	Assumir diariamente o trabalho, com assiduidade, já devidamente uniformizado, e com Equipamentos e EPI's adequados e em bom estado de conservação, adequados conforme legislação pertinente.		
11	Manter almoxarifado de ferramentas e peças organizado e limpo, além de realizar o controle de manutenção e peças, inclusive quanto a necessidade de compras.		
12	Atender a situações emergenciais em período inferior a 4 horas.		
13	Atender a situações emergenciais no dia do chamado (antes de 24 horas).		
14	Não apresentar mais que 16 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
15	Não apresentar mais que 40 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
16	Não apresentar mais que 100 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
17	Não apresentar mais que 120 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
18	Não apresentar mais que 160 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
19	Não apresentar mais que 180 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
20	Não apresentar mais que 200 horas mensais totais (somando todos os postos de trabalho do contrato), de falhas de assiduidade (com o posto de trabalho vazio) como: faltas, atrasos, inclusive com atestado, licenças, etc. Sem a substituição por outro profissional conforme contrato, que garanta o cumprimento contratual. (não contabilizados feriados e dias de fechamento da unidade).		
Total de Adequações		XX/20	

3. FAIXAS DE AJUSTE DE PAGAMENTO

3.1 As pontuações de qualidade devem ser totalizadas para o mês de referência, conforme métodos apresentados nas tabelas acima.

3.1.1. A aplicação dos critérios de averiguação da qualidade resultará em uma pontuação final no intervalo de 70 a 100 por cento, os pagamentos devidos, relativos a cada mês de referência, devem ser ajustados pela pontuação total do serviço, (III do §2º do art. 21 e art. 545 do RLC) conforme tabela e fórmula apresentadas abaixo:

Faixas de Adequações de qualidade do serviço	Pagamento devido	Fator de Ajuste de nível de serviço
1 19 a 20 Adequações	100% do Valor previsto	1,00
2 17 a 18 Adequações	95% do valor previsto	0,95
3 15 a 16 Adequações	85% do valor previsto	0,85
4 13 a 14 Adequações	80% do valor previsto e multa	0,80
5 12 ou menos Adequações	70% do valor previsto, multa e rescisão	0,70
Valor devido por Ordem de Pagamento = [(Valor Mensal Contratado) x (Fator de ajuste de nível de serviço)]		

3.3 Os itens são acumulativos, em especial na falha de atendimento emergencial ou para falta de assiduidade, ou seja, disponibilização de quantidade mínima de profissional nos horários conforme contrato, onde mais de um item será computado de acordo com a quantidade de infrações detectadas e somadas.

3.4 Não estão descartadas a incidência de outras sanções contratuais previstas.

3.5 BAREMA EXEMPLIFICATIVO REFERENTE AO MÊS: (variável conforme valor global do contrato)

Obs:

Faixas de Adequações de qualidade do serviço	FAIXA IMR	PERCENTUAL DE ATINGIMENTO DA META % (C)	FATOR IMR (A)X(C)	VALOR A GLOSAR
1 19 a 20 Adequações	X	100%	R\$ 41.512,20	R\$ 0,00
2 17 a 18 Adequações		95%	R\$ 39.436,59	R\$ 2.075,61
3 15 a 16 Adequações		85%	R\$ 35.285,37	R\$ 6.266,83
4 13 a 14 Adequações		80% + processo de multa	R\$ 33.209,76	R\$ 8.302,44
5 12 ou menos Adequações		70% + processo de multa e rescisão	R\$ 29.058,54	R\$ 12.453,66
VALOR FINAL A RECEBER			R\$ 41.512,20	R\$ 0,00

3.6 RESUMO PARA PAGAMENTO

UA RIO FORMOSO	XXX EMPRESA CONTRATADA
CONTRATO Nº	XXXX/2023 – SETAD/TO
VALOR DO CONTRATO MENSAL (A)	R\$ 41.512,20
FATOR DE AJUSTE DE NÍVEL DE SERVIÇO	100%
PERÍODO DE REFERÊNCIA	JUL / 2024
NÚMERO DE ADEQUAÇÕES	20
VALOR DA NOTA FISCAL (Valor devido por Ordem de Pagamento)	R\$ 41.512,20 (quarenta e um mil quinhentos e doze reais e vinte centavos)

VISTO FISCALIZAÇÃO:

ANEXO VIII

MODELO DE DECLARAÇÃO – RELAÇÃO DE COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal infra-assinado, **declara**, para fins de participação no certame nº _____, que:

- 1. Apresenta, em anexo, a **relação de todos os contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada**, vigentes na data da apresentação da proposta;
- 2. Declara que **a soma de 1/12 (um doze avos) do valor anual de todos os contratos vigentes**, considerando os compromissos assumidos com dedicação exclusiva de mão de obra, **não é superior ao seu patrimônio líquido**, conforme demonstrado em seu último balanço patrimonial;
- 3. Declara, ainda, que os dados apresentados são verdadeiros, estando ciente de que a omissão ou prestação de informações falsas poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas em lei.

Local e data

Nome do representante legal
CPF
Cargo
Assinatura

RELAÇÃO DE COMPROMISSOS:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor Total do Contrato*
Valor Total dos Contratos R\$		
<div>Assinatura e Carimbo do Emissor</div>		
<div>Observação: Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais têm Contratos vigentes. Nota 2: *Considera-se o valor remanescente do Contrato, excluindo o já executado.</div>		



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 26/2008



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

ADITIVO AO TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA Nº 26/2008

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO, neste ato representado pela Procuradora do Trabalho, Dra. LUDMILA REIS BRITO LOPES e a CONAB, neste ato representada pelo Presidente da CONAB, Dr. WAGNER GONÇALVES ROSSI,

CONSIDERANDO o erro material detectado no Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta nº 26/2008, celebrado em 9 de maio de 2008,

RESOLVEM

Celebrar ADITIVO ao referido TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA nos autos do Procedimento Preparatório de Inquérito Civil Público nº 0106/2002, para alterar as seguintes Cláusulas:

Cláusula Primeira - Onde se lê:

"Cláusula Primeira - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;

SEPPI 513 Ed. Imparator Bloco D - Nº 30 - 3ª e 4ª andares - Tel.: (51) 3340-7089 e Fax: (51) 3273-5971 - CEP: 70.760-604 Brasília/DF
www.prfio.mt.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copieragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;
- h) - Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) - Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) - Serviços de auxiliar de escritório;
- k) - Serviços de auxiliar administrativo;
- l) - Serviços de office boy (continuo);
- m) - Serviços de digitação;
- n) - Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) - Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) - Serviços de ascensorista;
- q) - Serviços de enfermagem; e
- r) - Serviços de agentes comunitários de saúde."

leia-se:

"Cláusula Primeira - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) - Serviços de limpeza;
- b) - Serviços de conservação;
- c) - Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) - Serviços de recepção;
- e) - Serviços de copieragem;
- f) - Serviços de reprografia;
- g) - Serviços de telefonia;

SEPPI 513 Ed. Imparator Bloco D - Nº 30 - 3ª e 4ª andares - Tel.: (51) 3340-7089 e Fax: (51) 3273-5971 - CEP: 70.760-604 Brasília/DF
www.prfio.mt.gov.br



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;
- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem;
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde; e
- s) – Serviços de brapagem, operadores de máquinas e empilhadeiras.*

Cláusula Terceira - Onde se lê:

"Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza."

leia-se:

"Parágrafo Primeiro - É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido na Cláusula Primeira do presente e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o

SEPM 513 Ed. Imprensa Bloco D - Nº 30 - 3º e 4º andares - Tel: (61) 3240-7080 e Fax: (61) 3273-6071 - CEP: 70.790-504 Brasília/DF
www.prt10.mp.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza."

Cláusula Quarta - Onde se lê:

"Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas "a" a "r" da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais."

leia-se:

"Parágrafo Primeiro - O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais."

O TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
nº 26/2008 passa a vigorar com a seguinte redação:

Cláusula Primeira - A CONAB abster-se-á de contratar trabalhadores, por meio de cooperativas de mão-de-obra, para a prestação de serviços ligados às suas atividades-fim ou meio, quando o labor, por sua própria natureza, demandar execução em estado de subordinação, quer em relação ao tomador, ou em relação ao fornecedor dos serviços, constituindo elemento essencial ao desenvolvimento e à prestação dos serviços terceirizados, sendo eles:

- a) – Serviços de limpeza;
- b) – Serviços de conservação;
- c) – Serviços de segurança, de vigilância e de portaria;
- d) – Serviços de recepção;
- e) – Serviços de copeiragem;
- f) – Serviços de reprografia;
- g) – Serviços de telefonia;
- h) – Serviços de manutenção de prédios, de equipamentos, de veículos e de instalações;

SEPM 513 Ed. Imprensa Bloco D - Nº 30 - 3º e 4º andares - Tel: (61) 3240-7080 e Fax: (61) 3273-6071 - CEP: 70.790-504 Brasília/DF
www.prt10.mp.gov.br



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

- i) – Serviços de secretariado e secretariado executivo;
- j) – Serviços de auxiliar de escritório;
- k) – Serviços de auxiliar administrativo;
- l) – Serviços de office boy (contínuo);
- m) – Serviços de digitação;
- n) – Serviços de assessoria de imprensa e de relações públicas;
- o) – Serviços de motorista, no caso de os veículos serem fornecidos pelo próprio órgão licitante;
- p) – Serviços de ascensorista;
- q) – Serviços de enfermagem;
- r) – Serviços de agentes comunitários de saúde; e
- s) – Serviços de brapagem, operadores de máquinas e empilhadeiras.

Parágrafo Primeiro – O disposto nesta Cláusula não autoriza outras formas de terceirização sem previsão legal.

Parágrafo Segundo – As partes podem, a qualquer momento, mediante comunicação e acordos prévios, ampliar o rol de serviços elencados no caput.

Cláusula Segunda – Considera-se cooperativa de mão-de-obra, aquela associação cuja atividade precípua seja a mera intermediação individual de trabalhadores de uma ou várias profissões (inexistindo assim vínculo de solidariedade entre seus associados), que não detenham qualquer meio de produção, a cujos serviços sejam prestados a terceiros, de forma individual (e não coletiva), pelos seus associados.

Cláusula Terceira – A CONAB se obriga a estabelecer regras claras nos editais de licitação, a fim de esclarecer a natureza dos serviços licitados, determinando, por conseguinte, se os mesmos podem ser prestados por empresas prestadoras de serviços (trabalhadores subordinados), cooperativas de trabalho, trabalhadores autônomos, avulsos ou eventuais;

SEPN 513 Ed. Impedidor Bloco D - Nº 30 - 3º e 4º andares - Tel: (61) 3345-7580 e Fax: (61) 3273-6271 - CEP: 70.790-624 Brasília/DF
www.prt10.mpt.gov.br



MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO

Parágrafo Primeiro – É lícita a contratação de genuínas sociedades cooperativas desde que os serviços licitados não estejam incluídos no rol inserido na Cláusula Primeira do presente e sejam prestados em caráter coletivo e com absoluta autonomia dos cooperados, seja em relação às cooperativas, seja em relação ao tomador dos serviços, devendo ser juntada, na fase de habilitação, listagem contendo o nome de todos os associados. Esclarecem as partes que somente os serviços podem ser terceirizados, restando absolutamente vedado o fornecimento (intermediação de mão-de-obra) de trabalhadores a órgãos públicos por cooperativas de qualquer natureza.

Parágrafo Segundo – Os editais de licitação que se destinem a contratar os serviços disciplinados pela Cláusula Primeira deverão fazer expressa menção ao presente termo de conciliação, se possível transcrevendo-os na íntegra ou fazendo parte integrante desses editais, como anexo.

Parágrafo Terceiro – Para a prestação de serviços em sua forma subordinada, a licitante vencedora do certame deverá comprovar a condição de empregadora dos prestadores de serviços para os quais se objetiva a contratação, constituindo-se esse requisito, condição obrigatória à assinatura do respectivo contrato.

DAS SANÇÕES PELO DESCUMPRIMENTO

Cláusula Quarta – A CONAB obriga-se ao pagamento de multa (astreinte) correspondente a R\$ 1.000,00 (um mil reais) por trabalhador que esteja em desacordo com as condições estabelecidas no presente Termo de Conciliação, sendo a mesma reversível ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Parágrafo Primeiro – O servidor público que, em nome da Administração, firmar o contrato de prestação de serviços nas atividades relacionadas nas alíneas da Cláusula Primeira, será responsável solidário por qualquer contratação irregular, respondendo pela multa prevista no caput, sem prejuízo das demais cominações legais.

SEPN 513 Ed. Impedidor Bloco D - Nº 30 - 3º e 4º andares - Tel: (61) 3340-7189 e Fax: (61) 3273-5971 - CEP: 70.790-624 Brasília/DF
www.prt10.mpt.gov.br



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento




MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO


Parágrafo Segundo - Em caso de notícia de descumprimento dos termos firmados neste ajuste, a CONAB, depois de intimada, terá prazo de 20 (vinte) dias para apresentar sua justificativa perante o Ministério Público do Trabalho.

Cláusula Quinta - Os termos da presente avença gerarão seus efeitos jurídicos a partir da presente data.


Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam a presente conciliação, a qual terá eficácia de título judicial, nos termos dos artigos 831, parágrafo único, e 876, caput, da CLT.


Brasília, 16 de março de 2009.


LUDMILA REIS BRITO LOPES
Procuradora do Trabalho


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Presidente da CONAB

Testemunhas:


Bruno Diniz Vasconcelos
Procurador, OAB/DF n.º 17.808


Luiz Campos da Almeida
Técnico/SUARM

SEPN 513 Ed. Imprensa Oficial - N.º 30 - 3.º e 4.º andares - Tel. (61) 3240-7968 e Fax: (61) 3273-9671 - CEP: 70.740-924 Brasília/DF
www.mpt.gov.br

ANEXO X

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

<div><div><div><div></div><div>Conab</div><div>Companhia Nacional de Abastecimento</div></div></div><div>PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</div></div>			
ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL - UA RIO FORMOSO - TO			
I	Salário estimado do profissional	Valor Mensal	
	Eletricista de manutenção industrial CBO-9511-05) (1)		R\$ 2.875,20
II	Composição da remuneração		
	Valor do salário		R\$ 2.875,20
	Adicional de Periculosidade (2)	0,00%	R\$ 0,00
	Adicional de insalubridade (2)	30,00%	R\$ 862,56
	Total - Remuneração		R\$ 3.737,76
III	Encargos sociais incidentes sobre a remuneração - COM DESONERAÇÃO		
Grupo A: Encargos Sociais Básicos			
A.01	INSS	0,00%	R\$ 0,00
A.02	SESI	1,50%	R\$ 56,07
A.03	SENAI	1,00%	R\$ 37,38
A.04	INCRA	0,20%	R\$ 7,48
A.05	SEBRAE	0,60%	R\$ 22,43
A.06	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 93,44
A.07	SEGURO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO	3,00%	R\$ 112,13
A.08	FGTS	8,00%	R\$ 299,02
A.09	SECONCI	0,00%	R\$ 0,00
SUBTOTAL GRUPO A		16,80%	R\$ 627,94
Grupo B: Encargos que recebem a incidência do grupo A			
B.01	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,66%	R\$ 24,67
B.02	13º SALÁRIO	8,33%	R\$ 311,36
B.03	LICENÇA PATERNIDADE	0,05%	R\$ 1,87
B.04	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%	R\$ 20,93
B.05	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,08%	R\$ 2,99
B.06	FÉRIAS GOZADAS	0,00%	R\$ 0,00
B.07	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	R\$ 1,12
SUBTOTAL GRUPO B		9,71%	R\$ 362,94
Grupo C: Encargos que não recebem a incidência do grupo B			
C.01	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,35%	R\$ 199,97
C.02	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	R\$ 4,86
C.03	FÉRIAS INDENIZADAS	8,62%	R\$ 322,19
C.04	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	1,83%	R\$ 68,40
C.05	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	R\$ 16,82
SUBTOTAL GRUPO C		16,38%	R\$ 612,24
Grupo D: Reincidência do grupo A sobre o Grupo B			
D.01	REINCIDÊNCIAS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	1,63%	R\$ 60,93
D.02	REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE API E GRUPO A SOBRE APT	0,45%	R\$ 16,82
SUBTOTAL GRUPO D		2,08%	R\$ 77,75
Taxa total de Encargos Sociais		44,97%	R\$ 1.680,87
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais			R\$ 5.418,63
IV	Insumos		
	Valor mensal do Uniforme (3)		R\$ 120,65
	Manutenção de equipamentos		R\$ 18,05
	EPI's		R\$ 378,92
	Vale Alimentação (convenção coletiva cláusula décima segunda)		R\$ 200,00
	Desconto auxílio alimentação ou cesta básica (convenção coletiva cláusula décima segunda)		-R\$ 1,38
	Vale Refeição (convenção coletiva cláusula décima primeira) (4)		R\$ 559,24
	Desconto Vale refeição (convenção coletiva cláusula décima segunda)		-R\$ 0,56
	Vale transporte (5)		R\$ 291,00
	Desconto legal sobre transporte (6%)		-R\$ 17,46
	Outros insumos - especificar		
Total de Insumos			R\$ 1.548,46
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais+insumos			R\$ 6.967,09
VI	Demais componentes		
	Valor mensal do lucro (7)	10,00%	R\$ 696,71
	Despesas com administração central	4,00%	R\$ 278,68
	Despesas financeiras	1,00%	R\$ 69,67
	Seguros, riscos e garantias	1,70%	R\$ 118,44
	Outras despesas (discriminar)		R\$ 0,00
Total - Demais componentes		16,70%	R\$ 1.163,50
VII	Tributação sobre o faturamento		
	ISSQN ou ISS	5,00%	R\$ 467,28
	COFINS	3,00%	R\$ 280,37
	PIS	0,65%	R\$ 60,75
	CPRB	4,35%	R\$ 406,53
Total - Tributos sobre o faturamento		13,00%	R\$ 808,40
BDI ADOTADO			29,70%
Preço mensal dos serviços por profissional			R\$ 9.345,51
Quantidade de profissionais			2
Valor total geral - Mensal:			R\$ 18.691,02
Valor total geral - Anual:			R\$ 224.292,24
Fator K			2,50
Observações:			
(1) Valor do salário base conforme convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável. Referência:			
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 Sindicato dos trabalhadores na indústria da construção pesada do estado do Tocantins			
cargo equivalente: PROFISSIONAIS II			
(2) Percentual à título de periculosidade e/ou insalubridade conforme legislação vigente.			
(3) Foi considerado o fornecimento de 2 conjuntos por ano.			
(4) Valor de referência do vale refeição - Composição SBC 014056 - Valor diário R\$ 25,42. 22 dias/mês			
(5) Valor de referência do vale transporte - Composição SBC 011048 - Valor diário R\$ 291,00.			
(6) A empresa licitante deverá observar o correto enquadramento sindical, conforme sua atividade preponderante, de acordo com o artigo 511 do decreto-lei nº 5.452/43 (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), informando o Instrumento Coletivo de Trabalho que utilizou como base para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços e a data-base da categoria por ele estabelecida.			
(7) Tendo como referência os percentuais utilizados em contratações similares de órgão públicos - TCU PE Nº 018/2020)			



Conab
Companhia Nacional de Abastecimento


PLANILHA AUXILIAR - KIT DE FERRAMENTAS


BANCOS: EMBASA 12/2025;
SINAPI 12/2025. SBC 12/2025;
ORSE 12/2025; IOPES
12/2025; COMPESA 12/2025;
FDE 12/2025. COTAÇÕES
12/2025

Kit de ferramentas para Manutenção Elétrica

Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	1	Alicate de bico meia cana reto com cabo isolado 6"	34,27	33,43
2	Cotação	1	Alicate de corte diagonal com cabo isolado 6"	61,77	35,90
3	Cotação	1	Alicate universal com cabo isolado 8"	60,29	56,08
4	Cotação	1	Caixa metálica para ferramenta com divisão	187,62	172,96
5	Cotação	1	Detector de Tensão 90V a 1000V AC minipa ou similar	158,13	169,29
6	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 3/16x4" - cabo isolado	12,83	31,26
7	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 3/16x6" - cabo isolado	15,15	17,68
8	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 5/16x8" - cabo isolado	27,20	26,23
9	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 1/8x3" - cabo isolado	10,64	12,08
10	Cotação	1	Chave tipo fenda tamanho 1/4x6" - cabo isolado	19,52	31,69
11	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 3/16x4" - cabo isolado	19,32	14,40
12	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 3/16x6" - cabo isolado	22,25	13,74
13	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 5/16x8" - cabo isolado	24,83	19,46
14	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 1/8x3" - cabo isolado	8,48	12,37
15	Cotação	1	Chave tipo Philips tamanho 1/4x6" - cabo isolado	21,03	21,91
16	Cotação	1	Alicate Amperímetro Minipa Et-3200A 1000A Ac ou similar	377,88	156,66
17	Cotação	1	Jogo de Chave Hexagonal Longa L com 9 Peças	122,99	70,63
18	SBC 015512	1	Furadeira/parafusadeira b/d bateria 7,2v 12	291,35	291,35
19	Cotação	1	Conjunto de Chaves Combinadas 12 Pecas de 6 MM A 19 MM	166,96	166,96
TOTAL					R\$ 1.354,06

Manutenção equipamentos (gasto mensal) - adotado 0,5% a.m.	R\$ 6,77
Depreciação de equipamentos (gasto mensal) adotado 8 anos e residual= 20%	R\$ 11,28
Total mensal	R\$ 18,05

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento			PLANILHA AUXILIAR - KIT DE UNIFORMES	COTAÇÕES 12/2025	
Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	2	Roupa anti-chamas para eletricista conforme NR10 - Calça e camisa de segurança, confeccionada em uma camada de tecido Uniforte FR, composto por 100% de algodão, ATPV 8,6 cal/cm², fabricado pela Companhia de Tecidos Santanense, com gramatura nominal: 8,0 oz/yard² (273,1 g/m²).	361,96	723,92
TOTAL					R\$ 723,92
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 1.447,84
Total Mensal					R\$ 120,65

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento			PLANILHA AUXILIAR - KIT DE EP'Is	BANCOS: EMBASA 12/2025; SINAPI 12/2025. SBC 12/2025; ORSE 12/2025; IOPES 12/2025; COMPESA 12/2025; FDE 12/2025. COTAÇÕES 12/2025	
Item		QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	ORSE 11457	1	Botina em Couro com Bico de PVC	85,13	85,13
2	SINAPI i36152	1	oculos de segurança contra impactos com lente incolor, armacao nylon, com protecao uva e uvb	6,18	6,18
3	Cotação	1	Balaclava eletricista	124,77	124,77
4	Cotação	1	Protetor facial eletricista	744,91	744,91
5	Cotação	1	capacete com jugular v-gard branco c.a 4981 3M ou similar	66,56	66,56
6	SBC 7296	2	Luva de vaqueta	18,00	36,00
7	SINAPI 36153	1	Talabarte de segurança, 2 mosquetoes trava dupla *53* mm de abertura, com absorvedor de energia	144,53	144,53
8	SBC 04102	1	Cinturao de segurança tipo paraquedista 3 pontos	229,00	229,00
9	SINAPI 36149	1	Trava-quedas em aco para corda de 12 mm, extensor de 25 x 300 mm, com mosquetao tipo gancho trava dupla	176,25	176,25
10	FDE 49708	1	luva de cobertura em vaqueta e raspa ca 26742	37,18	37,18
11	SINAPI i36147	1	Luva de borracha isolante para alta tensao, resistente a ozonio, tensao de ensaio 2,5 kv (par)	419,90	419,90
12	ORSE 11416	40	Máscara contra poeira-respirador contra pó	4,89	195,60
13	ORSE 11455	4	Protetor auricular tipo plug de silicone	1,87	7,48
TOTAL					R\$ 2.273,49
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 4.546,98
Total Mensal					R\$ 378,92

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - SAFRA (JANEIRO A MAIO)		
ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.737,76
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 16,99
Hora Extra Normal (acréscimo 50% - parágrafo 1º do artigo 59 da CLT)	Quantidade de horas estimadas	60
	Valor Mensal	R\$ 1.529,10
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS		R\$ 1.529,10
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.983,24
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES DE SAFRA		5,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 3.966,48
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS NO PERÍODO DE SAFRA		R\$ 19.832,40


PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - FORA DE SAFRA (JUNHO A DEZEMBRO)		
ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.737,76
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 16,99
Hora Extra Normal fim de semana (acréscimo 100% - parágrafo 1º do artigo 59 da CLT)	Quantidade de horas estimadas	24
	Valor Mensal	R\$ 815,52
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS		R\$ 815,52
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.057,73
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES FORA DE SAFRA		7,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 2.115,46
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS NO PERÍODO FORA DE		R\$ 14.808,22

*** Para o período fora de safra foi considerada a realização de horas extras apenas nos fins de semana (sábados e domingos)

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS SOBREAVISO - ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS DE SOBREAVISO - SAFRA (JANEIRO A MAIO)		
ELETRICISTA DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.737,76
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 16,99
HORAS DE SOBREAVISO - SAFRA	Quantidade de horas estimadas	184
	Valor Mensal	R\$ 1.042,05
Subtotal (R\$)		R\$ 1.042,05
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO		R\$ 1.042,05
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.351,54
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES DE SAFRA QTD		5,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO COM BDI		R\$ 2.703,08
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO NO PERÍODO DE		R\$ 13.515,40

<div><div><div><div></div><div>Conab</div><div>Companhia Nacional de Abastecimento</div></div></div><div>PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS</div></div>			
MECÂNICO DE MANUTENÇÃO INDUSTRIAL - UA RIO FORMOSO - TO			
I	Salário estimado do profissional	Valor Mensal	
	Mecânico de manutenção Industrial - CBO 9113-05 (1)		R\$ 2.875,40
II	Composição da remuneração		
	Valor do salário		R\$ 2.875,40
	Adicional de Periculosidade (2)	0,00%	R\$ 0,00
	Adicional de insalubridade (2)	20,00%	R\$ 324,20
	Total - Remuneração		R\$ 3.199,60
III	Encargos sociais incidentes sobre a remuneração - COM DESONERAÇÃO		
Grupo A: Encargos Sociais Básicos			
A.01	INSS	0,00%	R\$ 0,00
A.02	SESI	1,50%	R\$ 47,99
A.03	SENAI	1,00%	R\$ 32,00
A.04	INCRA	0,20%	R\$ 6,40
A.05	SEBRAE	0,60%	R\$ 19,20
A.06	SALÁRIO EDUCAÇÃO	2,50%	R\$ 79,99
A.07	SEGURO CONTRA ACIDENTES DO TRABALHO	3,00%	R\$ 95,99
A.08	FGTS	8,00%	R\$ 255,97
A.09	SECONCI	0,00%	R\$ 0,00
SUBTOTAL GRUPO A		16,80%	R\$ 537,53
Grupo B: Encargos que recebem a incidência do grupo A			
B.01	AUXÍLIO-ENFERMIDADE	0,66%	R\$ 21,12
B.02	13º SALÁRIO	8,33%	R\$ 266,53
B.03	LICENÇA PATERNIDADE	0,05%	R\$ 1,60
B.04	FALTAS JUSTIFICADAS	0,56%	R\$ 17,92
B.05	AUXÍLIO ACIDENTE DE TRABALHO	0,08%	R\$ 2,56
B.06	FÉRIAS GOZADAS	0,00%	R\$ 0,00
B.07	SALÁRIO MATERNIDADE	0,03%	R\$ 0,96
SUBTOTAL GRUPO B		9,71%	R\$ 310,69
Grupo C: Encargos que não recebem a incidência do grupo B			
C.01	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	5,35%	R\$ 171,18
C.02	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	0,13%	R\$ 4,16
C.03	FÉRIAS INDENIZADAS	8,62%	R\$ 275,81
C.04	DEPÓSITO RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA	1,83%	R\$ 58,55
C.05	INDENIZAÇÃO ADICIONAL	0,45%	R\$ 14,40
SUBTOTAL GRUPO C		16,38%	R\$ 524,10
Grupo D: Reincidência do grupo A sobre o Grupo B			
D.01	REINCIDÊNCIAS DO GRUPO A SOBRE O GRUPO B	1,63%	R\$ 52,15
D.02	REINCIDÊNCIA DO FGTS SOBRE API E GRUPO A SOBRE APT	0,45%	R\$ 14,40
SUBTOTAL GRUPO D		2,08%	R\$ 66,55
Taxa total de Encargos Sociais		44,97%	R\$ 1.438,86
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais			R\$ 4.638,46
IV	Insumos		
	Valor mensal do Uniforme (3)		R\$ 27,82
	Manutenção de equipamentos		R\$ 31,90
	EPI's		R\$ 171,61
	Vale Alimentação (convenção coletiva cláusula décima segunda)		R\$ 200,00
	Desconto auxílio alimentação ou cesta básica (convenção coletiva cláusula décima segunda)		-R\$ 1,38
	Vale Refeição (convenção coletiva cláusula décima primeira) (4)		R\$ 559,24
	Desconto Vale refeição (convenção coletiva cláusula décima segunda)		-R\$ 0,56
	Vale transporte (5)		R\$ 291,00
	Desconto legal sobre transporte (6%)		-R\$ 17,46
	Outros insumos - especificar		
Total de Insumos			R\$ 1.262,17
Valor Total de Remuneração + Encargos sociais+insumos			R\$ 5.900,63
VI	Demais componentes		
	Valor mensal do lucro (7)	10,00%	R\$ 590,06
	Despesas com administração central	4,00%	R\$ 236,03
	Despesas financeiras	1,00%	R\$ 59,01
	Seguros, riscos e garantias	1,70%	R\$ 100,31
	Outras despesas (discriminar)		R\$ 0,00
Total - Demais componentes		16,70%	R\$ 985,41
VII	Tributação sobre o faturamento		
	ISSQN ou ISS	5,00%	R\$ 395,75
	COFINS	3,00%	R\$ 237,45
	PIS	0,65%	R\$ 51,45
	CPRB	4,35%	R\$ 344,30
Total - Tributos sobre o faturamento		13,00%	R\$ 684,65
BDI ADOTADO			29,70%
Preço mensal dos serviços por profissional			R\$ 7.914,99
Quantidade de profissionais			2
Valor total geral - Mensal:			R\$ 15.829,98
Valor total geral - Anual:			R\$ 189.959,76
Fator K			2,47
Observações:			
(1) Valor do salário base conforme convenção coletiva de trabalho ou outra norma coletiva aplicável. Referência:			
CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2025 Sindicato dos trabalhadores na indústria da construção pesada do estado do Tocantins			
cargo equivalente: PROFISSIONAIS II			
(2) Percentual à título de periculosidade e/ou insalubridade conforme legislação vigente.			
(3) Foi considerado o fornecimento de 2 conjuntos por ano.			
(4) Valor de referência do vale refeição - Composição SBC 014056 - Valor diário R\$ 25,42. 22 dias/mês			
(5) Valor de referência do vale transporte - Composição SBC 011048 - Valor diário R\$ 291,00.			
(6) A empresa licitante deverá observar o correto enquadramento sindical, conforme sua atividade preponderante, de acordo com o artigo 511 do decreto-lei nº 5.452/43 (CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas), informando o Instrumento Coletivo de Trabalho que utilizou como base para o preenchimento da planilha de custos e formação de preços e a data-base da categoria por ele estabelecida.			
(7) Tendo como referência os percentuais utilizados em contratações similares de órgãos públicos - TCU PE Nº 018/2020)			



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento


PLANILHA AUXILIAR - KIT DE FERRAMENTAS


COTAÇÕES 12/2025

Kit de ferramentas para Manutenção Mecânica

Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Cotação	1	Jogo de soquete estriado (22 PEÇAS)	344,29	337,43
2	Cotação	1	Chave Inglesa 10"	100,63	80,29
3	Cotação	1	Chave Inglesa 12"	140,96	108,29
4	Cotação	1	Chave Inglesa 15"	185,96	255,63
5	Cotação	1	Jogo de Chave Hexagonal Longa L com 9 Peças (9 PEÇAS: 1.5 mm a 10 mm")	70,63	70,63
6	Cotação	1	Jogo de chaves Estrela (8 PEÇAS: 6 a 22mm)	183,62	183,62
7	Cotação	1	Jogo de chaves combinadas: boca e estria (16 PEÇAS: ¼ a 1 1/4)	454,26	454,26
8	Cotação	1	Jogo de chaves Fenda e Philips (10 PEÇAS)	232,29	232,29
9	Cotação	1	Jogo de Alicates (3 peças: UNIVERSAL, CORTE E BICO)	106,99	106,99
10	Cotação	1	Caixa metálica para ferramenta com divisão	172,96	172,96
11	Cotação	1	Paquímetro Universal 0-150mm Resolução de 0.05mm/1/128"	283,96	283,96
12	Cotação	1	Marreta oitavada 2 kg com cabo de madeira	106,34	106,34
TOTAL					R\$ 2.392,69

Manutenção equipamentos (gasto mensal) - adotado 0,5% a.m.	R\$ 11,96
Depreciação de equipamentos (gasto mensal) adotado 8 anos e residual= 20%	R\$ 19,94
Total mensal	R\$ 31,90

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento		PLANILHA AUXILIAR - KIT DE UNIFORMES		BANCOS: EMBASA 12/2025; SINAPI 12/2025. SBC 12/2025; ORSE 112/2025; IOPES 11/2025; COMPESA 12/2025; FDE 12/2025. COTAÇÕES 12/2025	
Item	Referência	QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	IOPES 820104	1	Conjunto calça e camisa fabricados em brim com fechamento em botão , manga curta ou manga longa, com um bolso na altura do peito, na cor cinza.	166,93	166,93
TOTAL					R\$ 166,93
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 333,86
Total Mensal					R\$ 27,82

 Conab Companhia Nacional de Abastecimento		PLANILHA AUXILIAR - KIT DE EP'Is		BANCOS: EMBASA 12/2025; SINAPI 12/2025. SBC 12/2025; ORSE 112/2025; IOPES 11/2025; COMPESA 12/2025; FDE 12/2025. COTAÇÕES 12/2025	
Item		QTD.	Descrição	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	SINAPI 12893	1	Botina de segurança com biqueira aço - elastico raspa	81,02	81,02
2	SINAPI i36152	1	Óculos de segurança contra impactos com lente incolor, armacao nylon, com protecao uva e uvb	6,18	6,18
3	Cotação	1	Capacete com jugular v-gard branco c.a 4981 3M ou similar	66,56	66,56
4	SBC 007288	2	Luva de vaqueta	18,00	36,00
5	SINAPI 036150	1	Avental de segurança de raspa de couro 1,00 x 0,60 m	50,13	50,13
6	SINAPI 012892	1	Luva raspa de couro, cano curto (punho *7* cm)	15,19	15,19
7	SINAPI 36153	1	Talabarte de segurança, 2 mosquetoes trava dupla *53* mm de abertura, com absorvedor de energia	144,53	144,53
8	SBC 04102	1	Cinturao de segurança tipo paraquedista 3 pontos	229,00	229,00
9	SINAPI 36149	1	Trava-quedas em aço para corda de 12 mm, extensor de 25 x 300 mm, com mosquetao tipo gancho trava dupla	176,25	176,25
10	SBC 007305	1	Perneira de couro para soldador	21,70	21,70
11	ORSE 11416	40	Máscara contra poeira-respirador contra pó	4,89	195,60
12	ORSE 11455	4	Protetor auricular tipo plug de silicone	1,87	7,48
TOTAL					R\$ 1.029,64
Conjunto por Ano					2
Total Ano					R\$ 2.059,28
Total Mensal					R\$ 171,61

**PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - SAFRA E FORA DE SAFRA
MECÂNICO INDUSTRIAL**

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - SAFRA (JANEIRO A MAIO)		
MECÂNICO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.199,60
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 14,54
Hora Extra Normal (acréscimo 50% - parágrafo 1º do artigo 59 da CLT)	Quantidade de horas estimadas	60
	Valor Mensal	R\$ 1.308,60
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS		R\$ 1.308,60
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.697,25
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES DE SAFRA		5,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 3.394,50
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS NO PERÍODO DE SAFRA		R\$ 16.972,50

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS-EXTRAS - FORA DE SAFRA (JUNHO A DEZEMBRO)		
MECÂNICO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.199,60
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 14,54
Hora Extra Normal (acréscimo 100% - parágrafo 1º do artigo 59 da CLT)	Quantidade de horas estimadas	24
	Valor Mensal	R\$ 697,92
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS		R\$ 697,92
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 905,20
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES FORA DE SAFRA		7,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.810,40
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS NO PERÍODO FORA DE SAFRA		R\$ 12.672,80

*** Para o período fora de safra foi considerada a realização de horas extras apenas nos fins de semana (sábados e domingos)

**PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS SOBREAVISO - SAFRA
MECÂNICO INDUSTRIAL**

PLANILHA ESTIMATIVA DE CUSTOS HORAS DE SOBREAVISO - SAFRA (JANEIRO A MAIO)		
MECÂNICO INDUSTRIAL		PREVISÃO DE HORAS
Salário Bruto + Encargos		R\$ 3.199,60
Quantidade de horas/mês		220
Valor Unitário da Hora		R\$ 14,54
HORAS DE SOBREAVISO - SAFRA	Quantidade de horas estimadas	184
	Valor Mensal	R\$ 891,79
Subtotal (R\$)		R\$ 891,79
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO		R\$ 891,79
BDI		29,70%
VALOR MENSAL ESTIMADO DE HORAS EXTRAS COM BDI		R\$ 1.156,65
NÚMERO DE POSTOS DE TRABALHO		2,00
MESES DE SAFRA		5,00
VALOR MENSAL TOTAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO COM		R\$ 2.313,30
VALOR TOTAL ESTIMADO DE HORAS DE SOBREAVISO NO PERÍODO DE		R\$ 11.566,50

ANEXO II DO EDITAL
MINUTA DE CONTRATO

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO TOCANTINS

PROCESSO N.º 21456.000215/2024-28

PREGÃO ELETRÔNICO CONAB/SUREG/TO xxxxx/2026

CONTRATO N.º: XX/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB E A
EMPRESA _____ PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA COM DEDICAÇÃO
DE MÃO DE OBRA DE ELETRICISTA E MECÂNICO INDUSTRIAL, E FORNECIMENTO DE MATERIAIS SOB
DEMANDA, PARA O COMPLEXO ARMAZENDOR RIO FORMOSO/TO.

A **COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**, Empresa Pública Federal, entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, de capital fechado, na forma preceituada no § 1º do art. 173 da Constituição Federal, constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, vinculada Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar – MDA, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, e demais legislações aplicáveis, e pelo seu Estatuto Social aprovado pela Assembleia Geral em 16/01/2024 Publicado no D.O.U em 25/01/2024 (Seção 1, Edição nº 18), com sede na Quadra 601 Sul - Av. Teotônio Segurado - Conj. 01 - Lote 02 - Palmas/TO - CEP: 77016-330, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.461.699/0197-95, Inscrição Estadual nº 29.040.633-1, representada pela Superintendente Regional, designada por meio da Portaria Conab nº 564/2023, e por seu Gerente de Operações e Suporte Estratégico, designado por meio da Portaria Conab nº 192/2021, parte doravante denominada **CONTRATANTE**, e a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, com CNPJ nº _____, com sede no endereço _____, neste ato representada por seu representante legal _____, conforme _____, parte doravante denominada **CONTRATADA**, de conformidade com o que consta do Processo Administrativo nº 21456.000215/2024-28, referente ao Pregão Eletrônico n.º xxxxx/2026, resolvem celebrar o presente Contrato, que se regerá pelo Edital e seus anexos e pela proposta da contratada, no que couber, independentemente de suas transcrições, pelo Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, pela Lei nº 13.303, de 2016 e subsidiariamente pelo Decreto nº 10.024/2019 e demais legislações pertinentes, pelo ato que autorizou a lavratura deste termo, pela respectiva modalidade de contratação e pelas cláusulas e condições a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. Este Contrato tem por objeto a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra exclusiva de técnicos de manutenção industrial nas áreas de elétrica e mecânica, com fornecimento de materiais sob demanda, para manutenção das instalações da Unidade Armazenadora de Rio Formoso - TO, conforme especificações, quantidades, exigências e condições detalhadas neste Contrato e estabelecidas no Projeto Básico, anexo I do Edital, nos moldes a seguir.
- 1.2. As especificações do objeto contratual ora contratado encontram-se detalhadas no Projeto Básico e seus anexos.
- 1.3. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.
- 1.4. Discriminação do objeto:

Item	Profissional	Postos	Valor Unitário Mensal R\$	Valor total Mensal R\$	Valor Anual Estimado R\$
1	Eletricista de instalações industriais - 9511-05	2			
2	Mecânico de manutenção industrial - 9113-05	2			
3	Fornecimento de materiais sob demanda	-	-	-	
Valor Anual Total R\$		-	-	-	

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

- 2.1. O prazo de vigência do contrato é de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art. 488 do RLC/Conab.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE FORNECIMENTO, DO PRAZO, DO LOCAL DE ENTREGA E DA GARANTIA DOS BENS/SERVIÇOS

- 3.1. Toda mão de obra e equipamentos necessários à execução do objeto serão alocados na estrutura que compõe a unidade armazenadora de Rio Formoso - TO localizada Estrada da Fazenda Rancho 2-S km 3,5 s/n - Zona Rural - Formoso do Araguaia/TO em horário normal de expediente (das 08h00 às 12h00 e de 13h00 às 17h00).
- 3.2. Os serviços serão executados indiretamente no regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.
- 3.3. Os serviços deverão ser executados por mão de obra qualificada e deverão obedecer rigorosamente às instruções contidas no Projeto Básico, bem como atender às normas e métodos da ABNT, às normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho, normas técnicas da concessionária de energia elétrica local e demais legislações vigentes.
- 3.4. A CONTRATADA deverá providenciar o controle de ponto dos seus funcionários lotados na unidade armazenadora de Rio Formoso - TO.
- 3.5. Os insumos materiais, diretamente aplicados nas instalações, como: lâmpadas, cabos, dutos, disjuntores, engrenagens, acoplamentos, lubrificantes, ferragens, etc. serão fornecidos pela CONTRATADA após aprovação do responsável técnico e fiscalização, com base em solicitação formal e desconto na proposta da CONTRATADA.
- 3.6. Todos os materiais deverão ser de primeira qualidade, obedecendo a padrões e normas em vigor, e inteiramente fornecidos pela CONTRATADA.
- 3.7. A realização dos serviços deverá ser iniciado em até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento do Contrato, a qual poderá ser enviado por e-mail ao fornecedor.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO DOS BENS E SERVIÇOS

- 4.1. Os bens/serviços serão recebidos provisoriamente, por meio de termo de recebimento provisório, no prazo de 5 (cinco) dias, pela fiscalização, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Contrato e na proposta.
- 4.2. Constatadas inconformidades no objeto do Projeto Básico e na proposta deverão ser registradas em documento próprio, no qual constarão as medidas a serem adotadas pela Contratada no prazo de 5 (cinco) dias.

- 4.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
- 4.4. O recebimento provisório ou definitivo será realizado pela fiscalização técnica.
- 4.5. Ao final de cada período mensal, a fiscalização deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório e IMR.
- 4.6. Ao final de cada período mensal, a fiscalização funcional deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior.
- 4.7. Será elaborado termo de recebimento provisório detalhado acerca das ocorrências na execução do contrato, o qual será encaminhado ao empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.
- 4.8. O recebimento definitivo, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, será realizado pelo empregado ou comissão designada para o recebimento definitivo.
- 4.9. O recebimento definitivo e IMR assinados pela Fiscalização e Contratada, deverão preceder a emissão da Nota Fiscal mensal referente aos serviços.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO

- 5.1. O valor anual estimado do presente Termo de Contrato é de R\$ XXXX (XX).
- 5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. Em relação aos bens que serão adquiridos sob demanda, serão pagos a contratada apenas os bens efetivamente entregues durante a vigência do contrato.

6. CLÁUSULA SEXTA- DA GARANTIA CONTRATUAL

- 6.1. A Contratada deverá apresentar, no prazo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura do Contrato, prorrogáveis por igual período, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento), conforme parâmetros do Art. 439 do RLC, valor do Contrato, mediante a opção por uma das seguintes modalidades: a. Caução em dinheiro; b. Seguro-garantia; ou c. Fiança bancária;
- 6.2. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de: a. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; b. Prejuízos diretos causados à Conab ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato; c. Multas contratuais aplicadas pela Conab à contratada.
- 6.3. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.
- 6.4. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).
- 6.5. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Conab a promover a rescisão do Contrato por descumprimento de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do artigo 569 do RLC.
- 6.6. A prestação de garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá ter validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência do Contrato.
- 6.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.
- 6.8. No caso de prorrogação da vigência do Contrato ou readequação do seu valor em decorrência de reajuste, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo ou supressão, a garantia deverá ser renovada ou ajustada à nova situação, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 6.9. No caso de contratação com vigência superior a 12 (doze) meses a garantia deverá ser renovada anualmente, como forma de resguardar os interesses da Conab.
- 6.10. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que for notificada.
- 6.11. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 6.12. Será considerada extinta a garantia: **a.** Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do Contrato; **b.** Com a sua total utilização por parte da Conab dentro do prazo de validade. **c.** Com a expiração do prazo de validade da garantia previsto no Projeto Básico.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 7.1. A despesa orçamentária da execução deste Contrato estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2026 e ocorrerá à conta da Natureza de Despesa **33.90.39.xx**, do Programa de Trabalho Resumido (PTRES) **229526**, na Ação Orçamentária **Desenvolvimento do Abastecimento Agroalimentar**, Fonte de recurso **1000**, do Plano Interno **RECUPERA UN.**, conforme NOTA DE EMPENHO 2026NEXXXXX, de __/__/__.

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. São as previstas no Projeto básico, que compõem este contrato como se nele transcritas.

9. CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1. São as previstas no Projeto básico, que compõem este contrato como se nele transcritas.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

- 10.1. As Partes comprometem-se, sempre que aplicável, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados relativos a uma pessoa física identificada ou identificável (“Dados Pessoais”) e as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial, a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e incluindo, entre outros, a Lei 12.965 (Marco Civil da Internet), de 23 de abril de 2014, o Decreto Federal 8.771, de 11 de maio de 2016, e demais leis e regulamentos aplicáveis. No caso de situações não definidas nesta cláusula aplica-se o disposto na Lei nº 13.709/2018.
- 10.2. As Partes, ao efetuarem a assinatura no presente instrumento jurídico reconhecem que, toda operação realizada com os Dados Pessoais identificados neste instrumento, serão devidamente tratadas, de acordo com as bases legais dispostas no art. 7º da Lei 13.709/2018, vinculando-se especificamente para a execução das atividades deste instrumento jurídico.
- 10.3. A PARTE RECEPTORA garante a utilização de processos sob os aspectos da segurança da informação, principalmente no que diz respeito à proteção contra vazamento de informações e conscientização dos colaboradores sobre o uso adequado das informações.
- 10.4. A PARTE RECEPTORA, incluindo todos os seus colaboradores, compromete-se a tratar todos os Dados Pessoais como confidenciais, exceto se já eram de conhecimento público sem qualquer contribuição da PARTE RECEPTORA, ainda que este instrumento jurídico venha a ser resolvido e independentemente dos motivos que derem causa ao seu término ou resolução.
- 10.5. A PARTE RECEPTORA deverá manter registro das operações de tratamento de Dados Pessoais que realizar, bem como implementar medidas técnicas e organizativas necessárias para proteger os dados contra a destruição total, acidental ou ilícita, a perda, a alteração, a comunicação ou difusão ou o acesso não autorizado, além de garantir que o ambiente (seja ele físico ou lógico) utilizado por ela para o tratamento de dados pessoais são estruturados de forma a atender os requisitos de segurança, aos padrões de boas práticas e de governança e aos princípios gerais previstos em Lei e às demais normas regulamentares aplicáveis.
- 10.6. A PARTE RECEPTORA deverá notificar a PARTE REVELADORA, no prazo determinado em regulamento da Autoridade Nacional, ou seja, em até 2 (dois)

dias úteis da ciência, de qualquer não cumprimento das disposições legais ou contratuais relacionadas aos Dados Pessoais que afete a PARTE REVELADORA, assim como de qualquer violação de Dados Pessoais que teve acesso em função do presente instrumento jurídico.

10.7. A PARTE RECEPTORA deverá por seus próprios meios adotar instrumentos de proteção dos Dados Pessoais junto aos seus colaboradores e fornecedores, de forma a preservar o sigilo dos Dados Pessoais da PARTE REVELADORA.

10.8. As Partes reconhecem que o compartilhamento ou a transferência de dados pessoais para as bases de dados internas da Conab e para o Órgão da Imprensa Nacional para publicação dos atos oficiais da Administração Pública, quando for necessário, está contemplada pelo disposto no art. 26 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, e pelo inciso IV do § 1º do mesmo artigo, conforme a finalidade do referido instrumento jurídico.

10.9. As Partes "REVELADORA" e "RECEPTORA", por si e seus subcontratados, garante que, caso seja necessário transferir para o exterior qualquer Informação Pessoal cumprirá as Leis de Proteção de Dados Pessoais, em especial os artigos 33 a 36 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais referentes à transferência internacional de Informações pessoais."

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

11.1. Compete à Contratada, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 10 do RLC.

11.2. A Contratada se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a Conab, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA MANUTENÇÃO DA QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO**

12.1. A CONTRATADA se obriga a manter durante todo o período de execução do objeto deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

13.1. Para a execução do ajuste, será adotado o método de trabalho baseado no conceito de delegação de responsabilidade. Esse conceito define o Contratante como responsável pela gestão do Contrato e verificação da aderência dos bens entregues aos padrões de qualidade exigidos e a Contratada como responsável pela entrega dos bens e gestão dos recursos necessários para o cumprimento do Contrato.

13.2. Para cumprimento do Contrato, pressupõe-se a existência dos seguintes papéis e responsabilidades:

13.3. Fiscal do Contrato: é o empregado ou a comissão designada pela Contratante, responsável pelo acompanhamento e pela fiscalização técnica da execução contratual e, ainda, pela verificação dos resultados pretendidos e pelo recebimento provisório do objeto da contratação;

13.4. Preposto: funcionário representante da Contratada, responsável por acompanhar a execução do ajuste e atuar como interlocutor principal com o Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

13.5. A atividade de gestão e fiscalização do presente contrato deverá ser executada em conformidade com as disposições dos art. 535 a 540 do RLC.

13.6. Nos termos dos art. 543 e 544 do RLC será designado fiscal, seu substituto, ou comissão de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução contratual e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

13.7. O Fiscal do Contrato deverá exercer a fiscalização da contratação, exigindo o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela Contratada, de acordo com o edital e seus anexos, com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta, sobre os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à Contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada.

13.8. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Conab ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 76 da Lei nº 13.303, de 2016.

13.9. A atuação do preposto deverá observar as disposições dos art. 541 e 542 do RLC.

13.10. Eventuais dúvidas durante o período de vigência contratual deverão ser encaminhadas formalmente pelo preposto à Contratante.

13.11. Em função das características da presente contratação, e por motivo de economia, o preposto da Contratada poderá ser um dos empregados designados para a entrega dos bens.

13.12. Durante a vigência do contrato, a Conab, para avaliar a qualidade na execução dos serviços, adotará o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), constante no Anexo VII deste Projeto Básico. Com a aplicação do fator de ajuste de nível de serviço (IMR) ao valor mensal do contrato;

13.13. O Instrumento de Medição de Resultados (IMR) avaliará se a execução dos serviços obteve conformidade com as condições estabelecidas neste termo e atingiu os resultados estabelecidos no IMR, mediante critérios objetivos estabelecidos pela Conab;

13.14. Os critérios definidos para medição de resultados na execução dos serviços serão utilizados para efeito de pagamento com base nos resultados obtidos pela Contratada, bem como poderá ensejar a aplicação de multa e rescisão contratual;

13.15. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO**

14.1. O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do material, de acordo com a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, respeitando-se o quantitativo entregue, após conferência de quantidade e qualidade, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

14.2. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que a mesma providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada das seguintes comprovações:

I – Da guia de recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Previdência Social, correspondentes ao mês da última nota fiscal ou fatura vencida, compatível com os empregados vinculados à execução contratual, nominalmente identificados, na forma do § 4º do Art. 31 da Lei nº 9.032, de 28 de abril de 1995, quando se tratar de mão-de-obra diretamente envolvida na execução dos serviços na contratação de serviços continuados, cujo recolhimento ficará a cargo da contratante;

II - da regularidade fiscal, constatada através de consulta "on-line" ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais;

III - do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Administração.

IV - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitida pela Conectividade Social (GFIP);

V - Cópia da Guia de Recolhimento do FGTS (GRF), para retenção pela contratante junto a CEF.

VI - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP (RE);

VII - cópia da Relação de Tomadores/Obras (RET).

14.4. O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ensejará o pagamento em juízo dos valores em débito, sem prejuízo das sanções cabíveis.

14.5. Antes de cada pagamento será realizada consulta ao SICAF e caso o resultado seja desfavorável, será concedido prazo de 05 (cinco) dias úteis ao contratado,

prorrogável uma vez por igual período a critério da Conab, para a regularização ou apresentação da sua defesa.

14.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Conab deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado pela Conab, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.7. Persistindo a irregularidade, a Conab deverá adotar as medidas necessárias à rescisão do Contrato, assegurada a contratada o contraditório e a ampla defesa.

14.8. Havendo o efetivo fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.9. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela Diretoria Gestora na Matriz ou pela Superintendência Regional no âmbito da sua competência, não será rescindido o Contrato em execução com empresa ou profissional inadimplente no SICAF.

14.10. Dos pagamentos devidos à Contratada serão retidos os impostos e contribuições de acordo com a legislação vigente.

14.11. Caso o contratado seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, deverá apresentar, junto à Nota Fiscal/Fatura, a devida declaração, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

14.12. As eventuais multas impostas ao Contratado em decorrência de inadimplência contratual poderão ser descontadas do pagamento devido desde que concluído o procedimento para aplicação de sanções.

14.13. À Contratante reserva-se o direito de recusar o pagamento se no ato da atestação os bens fornecidos não estiverem em perfeitas condições de utilização ou em desacordo com as especificações apresentadas e aceitas.

14.14. Quando da ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Conab, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP$, onde:

EM = Encargos Moratórios devidos;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, computado com base na fórmula $I = [(TX/100)/365]$;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação em atraso.

14.15. A retenção ou glosa no pagamento, sem prejuízo das sanções cabíveis, previstas neste Projeto Básico, só deverá ocorrer quando o contratado:

I – Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou, **II** – Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

14.16. Sobre o Valor global do contrato incidirá o fator de ajuste de nível de serviço previsto no Anexo VII - IMR.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA REPACTUAÇÃO E REAJUSTE DE PREÇO DO CONTRATO

15.1. Será admitida a repactuação do preço, para contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano para a primeira repactuação:

15.1.1. Da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço, ou,

15.1.2. Da data do orçamento a que a proposta se referir, admitindo-se, como termo inicial, a data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a maior parcela do custo da contratação for decorrente de mão-de-obra e estiver vinculado às data-base destes instrumentos.

15.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

15.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

15.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

15.5. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

15.6. As repactuações serão precedidas de solicitação da contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação:

15.6.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva;

15.6.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

15.6.2.1. Os preços praticados no mercado e em outros contratos da Administração Pública;

15.6.2.2. As particularidades do contrato em vigência;

15.6.2.3. O novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

15.6.2.4. A nova planilha com a variação dos custos apresentada;

15.6.2.5. Indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

15.6.2.6. A disponibilidade orçamentária do órgão ou entidade contratante.

15.7. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

15.8. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

15.9. As repactuações a que o contratado fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato, serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

15.10. O prazo referido no parágrafo anterior ficará suspenso enquanto a contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos.

15.11. No caso de repactuação, será emitido Apostilamento e/ou Termo Aditivo ao contrato vigente.

15.12. A contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela contratada.

15.13. Caso na data da prorrogação contratual ou na data em que o Contrato completar 12 (doze) meses, 24 (vinte e quatro) meses e assim sucessivamente, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível a Conab ou a contratada proceder aos cálculos devidos, ficará resguardado o direito à futura repactuação, mediante cláusula a ser inserida no termo aditivo nos casos de contratos sujeitos a prorrogação de vigência, ou apostilamento previamente autorizado pela autoridade competente nos demais casos.

- 15.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:
- 15.14.1. A partir da assinatura do Termo Aditivo;
- 15.14.2. Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras, ou;
- 15.14.3. Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.
- 15.14.4. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 506 do regulamento de licitações e contratos da CONAB – RLC.
- 15.15. No caso previsto no 15.12.3, o pagamento retroativo deverá ser concedido exclusivamente para os itens que motivaram a retroatividade, e apenas em relação à diferença porventura existente.
- 15.16. A contratante deverá assegurar-se de que os preços contratados são compatíveis com aqueles praticados no mercado.
- 15.17. A contratante poderá prever o pagamento retroativo do período que a proposta de repactuação permaneceu sob sua análise, por meio de Termo de Reconhecimento de Dívida.
- 15.18. Na hipótese do parágrafo anterior, o período que a proposta permaneceu sob a análise da contratante será contado como tempo decorrido para fins de contagem da anualidade da próxima repactuação.
- 15.19. Os custos relativos aos itens de insumos serão reajustados, mediante solicitação da CONTRATADA, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA/IBGE, ou em conformidade com outros dispositivos legais que venham a ser editados pelo Poder Público, observada a periodicidade mínima de 01 (um) ano, contada da data da apresentação da proposta.
- 15.20. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 15.21. No cálculo do primeiro reajuste será utilizado como índice inicial o do mês anterior ao da apresentação da proposta. O índice final será o do mês anterior ao pedido de reajuste.
- 15.22. Nos reajustes subsequentes, o índice inicial será o do mês anterior ao do início dos efeitos financeiros do último reajuste. O índice final será o do mês anterior ao pedido de reajuste.
- 15.23. Nas solicitações de reajuste, os efeitos financeiros ocorrerão a partir da data da solicitação da CONTRATADA.
- 15.24. Os efeitos financeiros referentes ao período transcorrido entre a data em que se completou a anualidade e a data da efetiva solicitação de reajuste serão objeto de preclusão.
- 15.25. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou, de qualquer forma, não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 15.26. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. A contratada, em caso de inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e ampla defesa anteriormente a sua aplicação definitiva, ficará sujeita às seguintes sanções previstas no RLC e na Lei nº 13.303, de 2016:

- a) advertência;
- b) multa moratória;
- c) multa compensatória;
- d) multa rescisória, para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual;
- e) suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos.

16.2. As sanções previstas nos incisos “a” e “e” poderão ser aplicadas com as dos incisos “b”, “c” e “d”.

16.3. O contratado que cometer qualquer das infrações elencadas no artigo 576 a 580 do RLC, dentre outras apuradas pela fiscalização do contrato durante a sua execução, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as sanções previstas neste item.

16.4. A aplicação das penalidades previstas neste item realizar-se-á no processo administrativo da contratação assegurado a ampla defesa e o contraditório à Contratada, observando-se as regras previstas no RLC.

16.5. A aplicação de sanção administrativa e o seu cumprimento não eximem o infrator da obrigação de corrigir as irregularidades que deram origem à sanção.

16.6. Da sanção de advertência:

16.6.1. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado não seja suficiente para acarretar prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

16.6.2. A aplicação da sanção do subitem anterior importa na comunicação da advertência à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao SICAF, respeitado o disposto no item 16.4.

16.7. Da sanção de multa:

16.7.1. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

16.7.2. em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123, de 2006, deverá ser aplicada multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

16.7.3. em decorrência da prática por parte do licitante/adjudicatário/contratado das condutas elencadas nos artigos 576 e 580 do RLC deverá ser aplicada multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor estimado para a licitação em questão;

16.7.4. pela recusa em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, deverá ser aplicada multa correspondente a 2% (dois por cento) sobre o valor homologado para a licitação em questão;

16.7.5. multa moratória de 0,2% (dois décimos por cento) por dia de atraso injustificado na entrega sobre o valor da parcela não executada, até o limite de 15 (quinze) dias;

16.7.5.1. Esgotado o prazo limite a que se refere a alínea anterior e a critério da Conab, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.7.6. multa compensatória no percentual de 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela não executada, no caso de inexecução parcial do contrato;

16.7.7. multa compensatória de 3% (três por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do contrato;

16.7.8. multa rescisória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de rescisão contratual unilateral do contrato;

16.7.9. As multas moratória, compensatória e rescisória possuem fatos geradores distintos. Se forem aplicadas duas multas sobre o mesmo fato gerador configurará repetição da sanção (bis in idem).

16.7.10. A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada da garantia do respectivo contratado. Se a multa for de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Conab ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

16.7.11. A aplicação da sanção de multa deverá ser registrada no SICAF.

16.8 Da sanção de suspensão:

- a) Cabe a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado, prejuízo à Conab, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou, ainda, em decorrência de determinação legal.
- b) A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Conab, por até 02 (dois) anos, será aplicada de acordo com os arts. 579 a 580 do RLC e registrada no SICAF e no Cadastro de Empresas Inidôneas - CEIS de que trata o art. 23 da Lei nº 12.846, de 2013.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA RESCISÃO

17.1. A inexecução total do Contrato ensejará a sua rescisão, enquanto a inexecução parcial poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis, conforme disposto nos Arts. 568 a 572 do RLC.

17.2. A rescisão poderá ser:

- a) por ato unilateral e escrito da Conab;
- b) amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e
- c) judicial, por determinação judicial.

17.2.1. A rescisão amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

17.2.2. A rescisão amigável não será cabível nos casos em que forem constatados descumprimentos contratuais sem apuração de responsabilidade iniciada ou com apuração ainda em curso.

17.2.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa, conforme procedimento previsto nos arts. 582 a 593 do RLC.

17.2.4. A rescisão por ato unilateral da Conab acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas na Cláusula Décima Quinta e no art. 574 do RLC:

- a) assunção imediata do objeto contratado, pela Conab, no estado e local em que se encontrar;
- b) execução da garantia contratual, quando houver, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela Conab; e
- c) na hipótese de insuficiência da garantia contratual, quando houver, a retenção dos créditos decorrentes do Contrato até o limite dos prejuízos causados à Conab.

17.3. A rescisão deverá ser formalizada por termo de rescisão unilateral ou distrato, no caso de rescisão amigável, devendo o respectivo extrato ser publicado no Diário Oficial da União.

17.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

- a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- c) Indenizações e multas.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório, salvo quando a natureza do serviço trate de itens que por sua especialização necessitem do emprego de empresas ou profissionais especialmente habilitados, conforme especificação contida no item 12 do Projeto Básico.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES

19.1. A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

19.2. A CONTRATADA é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS.

19.3. A CONTRATADA não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à CONTRATANTE, conforme estabelecido na MATRIZ DE RISCOS, constante do Projeto Básico.

19.4. A MATRIZ DE RISCOS constitui peça integrante deste Contrato, independentemente de transcrição.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

20.1. O presente Contrato poderá ser alterado nas hipóteses previstas do artigo 510 do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar.

20.2. A CONTRATADA poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido no item anterior, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

20.4. Fica vedada a celebração de termos aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na Matriz de Riscos, como de responsabilidade da contratada.

20.5. A CONTRATADA somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas no Projeto Básico.

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

0.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da CONAB à continuidade do contrato.

22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS VEDAÇÕES

22.1. É vedado à CONTRATADA:

- a) caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;
- b) interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.
- c) subcontratar, na íntegra ou parcialmente, o objeto licitatório.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO

23.1. Conforme disposto no parágrafo único do art. 12 do RLC e no artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, fica vedada a contratação:

- a) de empregado ou dirigente da Conab como pessoa física;
- b) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab

ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação e contratação;

c) de empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado o seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há pelo menos (06) seis meses;

d) de empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco, cônjuge ou companheiro.

24. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO**

24.1. Consideram-se integrantes do presente Instrumento Contratual os termos do Edital de Pregão Eletrônico CONAB n.º xx/2026 e seus Anexos, a Proposta da CONTRATADA, datada de ____/____/____, no que couber, e demais documentos pertinentes, independente de transcrição.

25. **CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

25.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RLC, na Lei nº 13.303, de 2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos aplicáveis às empresas públicas e pelas normas e princípios gerais dos contratos.

26. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO**

26.1. A publicação do extrato do presente contrato deverá ser providenciada pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da sua assinatura no Diário Oficial da União, conforme disposto no art. 480 do RLC.

27. **CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO FORO**

27.1. As partes elegem o foro da sede da Justiça Federal, Seção Judiciária do Estado Tocantins, localizado em Pamas-TO, competente para dirimir quaisquer dúvidas suscitadas em razão deste Contrato, que não puderem ser resolvidas de comum acordo.

27.2. E, por estarem justos e contratados, assinam eletronicamente o presente instrumento, o qual após lido e achado conforme pelas partes.

Cidade-Estado, [DIA] de [MÊS] de [ANO]

Pela Contratante:

Pela Contratada:



Documento assinado eletronicamente por **WILSON SANTOS DE OLIVEIRA, Encarregado (a) de Setor - Conab**, em 18/06/2026, às 09:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: https://sei.agro.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **53628732** e o código CRC **33E33EF0**.

Referência: Processo nº.: 21456.000215/2024-28

SEI: nº.: 53628732